

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

OZIANE KAROLYNNE SANTOS DE SOUZA

**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMO TEMAS
TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO ESCOLAR: percepção de
professores da rede pública de Arara – PB**

CUITÉ - PB

2018

OZIANE KAROLYNNE SANTOS DE SOUZA

**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMO TEMAS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO
ESCOLAR: percepção de professores da rede pública de Arara – PB**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Nutrição da Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Nutrição.

Orientadora: Prof^a. Me. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso.

Cuité - PB

2018

S729a

Souza, Oziane Karolynne Santos de.

Alimentação e nutrição como temas transversais do currículo escolar: percepção de professores da rede pública de Arara-PB / Oziane Karolynne Santos de Souza. - Cuité-PB, 2018.

72 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde, 2018.

"Orientação: Profa. Me. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso".

Referências.

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Alimentação Escolar. 3. Capacitação Profissional. I. Cardoso, Vanille Valério Barbosa Pessoa. II. Título.

CDU 612.39:37.04(043)

OZIANE KAROLYNNE SANTOS DE SOUZA

**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMO TEMAS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO
ESCOLAR: percepção de professores da rede pública de Arara – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, na área de concentração em Saúde Coletiva.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Me. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Prof^a. Dr. Mayara Queiroga Barbosa
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora

Esp. Rayane Santos de Lucena Matias
Responsável Técnica pelo PNAE – Baraúna
Examinadora

Cuité - PB

2018

Á meus avós, Júlio Pedro do Nascimento (*in memorian*) e

Rosa Josefa do Espírito Santo (*in memorian*),

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que permitiu que experiências incríveis acontecessem em minha vida ao longo de toda a graduação, e me sustentou durante os tempos difíceis, a Nossa Senhora pela poderosa intercessão.

Agradeço de forma singular aos meus pais José Joaquim e Francisca do Socorro que me apoiaram e estiveram ao meu lado durante essa trajetória, aos meus irmãos Oziério, Ozenildo, Odair e Júnior por todo cuidado e preocupação. De modo especial agradeço a Maria Hosana e Paulo que mesmo distantes se fizeram presentes, e ao pequeno Júlio Sérgio que nem veio ao mundo, mas já me fez insistir e resistir durante os últimos meses. A Ana Clícia que esteve ao meu lado, obrigada por estar comigo em todos os momentos, por me compreender e me ouvir com serenidade e amor, você sempre será minha menina. A todos vocês agradeço pelas orações constantes, estas me sustentaram e me fizeram mais forte.

À minha Vó Josefa Paulino que me acolheu em sua casa e viabilizou a oportunidade de permanecer estudando. A minha Tia Iraneide e aos meus primos João Neylor e Afonso Antônio por toda receptividade e apoio durante esses anos, agradeço por todo carinho.

A meu namorado Joemeson Pessoa, que é minha inspiração e incentivo diário para continuar buscando meus objetivos, a você minha gratidão por ter sido meu amparo durante todos os momentos.

Às minhas amigas de infância, Maria Graciéle que esteve torcendo por mim mesmo diante da distância e Joyce Evelyn, aquela que eu admiro pela persistência e dedicação. Vocês são motivo de alegria em minha vida.

A Thiago Marques e Fabiana Borges pelo apoio e orações. A Maurício Souza, gratidão por ter realizado minha inscrição e ter confiado que tudo daria certo. A vocês que estiveram me apoiando e torcendo por mim em diferentes etapas do curso.

A Dinara Lima, que é meu exemplo de força e fé, tenho orgulho de você e de todas as suas conquistas até aqui. A Odaize Azevedo, que durante esses anos me ensinou as melhores coisas, inclusive que nenhuma dificuldade é maior que nossa vontade de vencer. A Natália Lima por toda parceria, por me ensinar que diante de todas as circunstâncias temos um Deus fiel. A Thais Sousa e Jainni Dias, por me permitirem aprender com toda determinação, reciprocidade e peculiaridades de cada uma. Com certeza vocês fizeram os meus dias mais felizes e me ajudaram a crescer como pessoa, vocês estarão sempre em minhas orações.

A todos os docentes do curso de Nutrição, em especial a minha orientadora Vanille Pessoa, por todos os ensinamentos.

A Secretária de Educação do Município de Arara por toda receptividade. A todas as professoras envolvidas na pesquisa.

Por fim, grata sou a todos, que direta ou indiretamente participaram da minha vivência e colaboraram com minha construção pessoal e acadêmica nesses anos de graduação.

Tudo posso naquele que me fortalece.

(Filipenses, 4:13)

SOUZA, O. K. S. **Alimentação e nutrição como temas transversais do currículo escolar: percepção de professores da rede pública de Arara** – PB. 2018. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2018.

RESUMO

A ingestão de alimentos ultraprocessados é introduzida já nos primeiros anos de vida. A consequência do mau hábito alimentar é que, a cada três crianças brasileiras, uma apresenta excesso de peso. Nesta perspectiva, a escola é um ambiente favorável à efetivação de estratégias metodológicas contínuas, que auxiliem na construção do hábito alimentar saudável, sendo o professor de extrema importância para o desenvolvimento de atividades de Educação Alimentar e Nutricional. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo avaliar a percepção de professores da rede pública de ensino do município de Arara, Paraíba, com relação à utilização da Alimentação e Nutrição como temas transversais do currículo escolar. Trata-se de um estudo de caráter transversal, de campo, quali-quantitativo realizado mediante um questionário estruturado. A amostra constitui-se de 20 professoras de 5 escolas públicas municipais da zona urbana da cidade de Arara, Paraíba. A partir das análises foi possível identificar a presença da temática alimentação e nutrição no planejamento de ensino de todas as docentes, ademais, metade das entrevistadas visualizavam tais temas sendo mais abordados em livros didáticos de ciências. Todos os recursos complementares citados no questionário são utilizados pelas professoras durante as aulas, dentre eles cartazes, filmes, palavra cruzada, histórias infantis e músicas, contudo, 95% das professoras afirmou não possuir nenhuma capacitação voltada para alimentação e nutrição, porém elas afirmaram ter segurança e possuir domínio para ministrar os temas em sala de aula. Logo, mencionaram conhecer o PNAE, mas a análise das entrevistas viabilizou identificar dificuldades na prática do professor alusivas à construção de conceitos. Além disso, as professoras entrevistadas afirmaram não conhecer a Lei de Diretrizes e Bases que insere a EAN como tema transversal do currículo escolar. Concluindo-se que as professoras necessitam de materiais didáticos específicos que favoreçam a ampliação do conhecimento, sendo de extrema importância o desenvolvimento de formações que abordem metodologias pedagógicas aplicáveis à realidade dos alunos e é necessário que haja uma maior parceria entre pais e/ou responsáveis e a equipe escolar para efetivar a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Palavras-chaves: Educação Alimentar e Nutricional. Alimentação Escolar. Capacitação Profissional.

ABSTRACT

Ingestion of ultraprocessed foods is introduced as early as the first years of life. The consequence of bad eating habits is that, every three Brazilian children, one is overweight. In this perspective, the school is an environment conducive to the implementation of continuous methodological strategies, which help in the construction of a healthy eating habit, being the teacher of extreme importance for the development of Food and Nutrition Education activities. In view of the above, this study aims to evaluate the perception of teachers in the public school system of the city of Arara, Paraíba, regarding the use of Food and Nutrition as transversal themes of the school curriculum. It is a transversal study, field-based, qualitative-quantitative study conducted using a structured questionnaire. The sample consisted of 20 teachers from 5 municipal public schools in the urban area of the city of Arara, Paraíba. Based on the analyzes, it was possible to identify the presence of food and nutrition in the planning of teaching of all teachers, in addition, half of the interviewees viewed such topics being more approached in science textbooks. All the complementary resources mentioned in the questionnaire are used by teachers during classes, among them posters, films, crosswords, children's stories and songs, however, 95% of the teachers stated that they did not have any training related to food and nutrition, security and have mastery to teach the subjects in the classroom. Therefore, they mentioned knowing the PNAE, but the analysis of the interviews made it possible to identify difficulties in the practice of the teacher allusive to the construction of concepts. In addition, the teachers interviewed stated that they did not know the Law of Guidelines and Bases that inserts the EAN as a transversal theme of the school curriculum. It is concluded that the teachers need specific teaching materials that favor the expansion of knowledge, being extremely important the development of formations that approach pedagogical methodologies applicable to the reality of the students and it is necessary that there is a greater partnership between parents and / or guardians and school staff to promote the promotion of healthy eating habits.

Keywords: Food and Nutrition Education. School Feeding. Professional Training.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tabela 1- Perfil de trabalho das professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, do município de Arara - Paraíba. Brasil, 2018.....	25
Tabela 2 –	Percepção dos professores acerca de conteúdos sobre alimentação e nutrição ministrados em Educação Infantil e Ensino Fundamental I, do município de Arara - Paraíba. Brasil, 2018.....	27
Tabela 3 –	Categorização das respostas abertas obtidas nos questionários com as professoras (N=20) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, que resume a frequência das ideias a respeito da EAN, do ensino da temática relacionada à Alimentação e nutrição, do PNAE e da LDB. A resposta de um mesmo professor pode estar contabilizada em mais de uma categoria.....	33

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
OPEAS	Oficina Permanente de Educação Alimentação e em Saúde
PAS	Políticas de Promoção a Saúde
PCCR	Plano de Carreira, Cargo e Remuneração
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNPS	Plano Nacional de Promoção a Saúde
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PSE	Programa Saúde na Escola
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VIGITEL	Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico
WHO	World Health Organization
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1 A ESCOLA COMO ESPAÇO PROMOTOR DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	14
3.2 FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO E SEU DIÁLOGO COM ALIMENTAÇÃO.....	17
3.3 O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INTERFACE COM A CONSTRUÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS	18
4 METODOLOGIA.....	21
4.1 TIPO DE ESTUDO.....	21
4.2 POPULAÇÃO DE ESTUDO.....	21
4.2.1 Riscos.....	21
4.2.2 Benefícios.....	22
4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	22
4.4 COLETA DOS DADOS.....	22
4.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	23
4.6 PRINCÍPIOS ÉTICOS.....	23
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS PROFESSORES E PERCEPÇÃO ACERCA DE CONTEÚDOS SOBRE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.....	24
5.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS SUBJETIVAS DO QUESTIONÁRIO QUE RESUME A FREQUÊNCIA DAS IDEIAS A RESPEITO DA EAN, DO PNAE E DA LDB.....	33
6 CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES.....	60
ANEXOS.....	69

1 INTRODUÇÃO

A ingestão de alimentos ultraprocessados é introduzida já nos primeiros anos de vida. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006) revela que 40,5% das crianças menores de cinco anos consomem bebidas industrializadas com frequência. Já a Pesquisa Nacional de Saúde (2013c) exhibe que 60,8% das crianças menores de 2 anos comem biscoitos ou bolachas recheadas. Tais dados demonstram que o processo de transição nutricional e mudanças dos hábitos alimentares no Brasil é característica da ação temporal do antagonismo entre desnutrição e obesidade (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003). Assim, a prevalência de sobrepeso e obesidade no âmbito nacional tem aumentado nos últimos anos e esse fenômeno independe da classe econômica e faixa etária das populações, atingindo especialmente crianças e adolescentes (ANZOLIN et al., 2010). A consequência do mau hábito alimentar é que, a cada três crianças brasileiras, uma apresenta excesso de peso (IBGE, 2010).

Segundo a World Health Organization (WHO), o aumento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) oriundas do sobrepeso ou obesidade iniciados na infância e na adolescência, podem perdurar na fase adulta e afetar negativamente a qualidade e a expectativa de vida (WHO, 2014). Todavia, a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), do Ministério da Saúde, aponta que após anos de crescimento, a prevalência de obesidade e excesso de peso em adultos deu uma estagnada nas capitais do país e brasileiros já demonstram hábitos mais saudáveis (VIGITEL, 2018).

Nesta perspectiva, a escola é um ambiente favorável à construção de conhecimentos e efetivação de estratégias metodológicas contínuas, que auxiliem diretamente na construção do hábito alimentar saudável, sendo o professor de extrema importância para o desenvolvimento de atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Estudo realizado por Rocha e Facina (2017), sobre o conhecimento de professores com relação ao papel da escola na construção dos hábitos alimentares, constatou que todos os professoras participantes trabalhavam com o tema alimentação saudável e a prática de atividade física no espaço escolar.

Ademais, o tema tem sido alvo de políticas públicas que abrangem as áreas de educação e saúde e estimulam “ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais” (BRASIL, 2006). Ações que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através

da Resolução CD/FNDE N° 38, de 16 de julho de 2009 (BRASIL, 2009) prevê a EAN no processo de ensino e aprendizagem, perpassando pelo currículo escolar, abordando o tema nutrição e saúde e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida.

Além disso, o Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira, este tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino, segundo o decreto n° 6.286, de 5 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

Por isso, o processo de promoção da saúde na escola e a intersetorialidade envolvendo profissionais de saúde, de educação, pais, alunos e demais membros da comunidade devem estar incorporados no esforço de transformar a escola em um ambiente saudável (ROCHA; FACINA, 2017). Desse modo, conteúdos relacionados à alimentação e nutrição são inseridos nos planos de aula com o objetivo de permitir a aprendizagem, aproximação e mudança comportamental em relação à saúde numa perspectiva individual e coletiva (FUHR, 2015).

Tendo em vista informações científicas, torna-se indispensável avaliar o preparo dos profissionais da educação para atuar nesse campo, tendo em vista os componentes individuais relacionados aos hábitos alimentares, tais como história individual, familiar e inserção em grupos sociais para que os hábitos alimentares possam ser modificados de forma gradual (SOBRAL; SANTOS, 2010).

Diante da importância da escola como espaço promotor de hábitos alimentares saudáveis, o presente estudo é justificado pela necessidade de avaliar a percepção de professores da rede pública de ensino do município de Arara - Paraíba, com relação à utilização da Alimentação e Nutrição como temas transversais do currículo escolar, e apresentar a legislação vigente que prevê a inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal, como exposto na Lei 13.666, de 16 de maio de 2018, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases, acrescentando a Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal, para permitir o desenvolvimento de capacitações e ações estratégicas que auxiliem o professor na elaboração do planejamento de ensino, aumentando a autonomia no que se refere ao domínio de trabalhar os temas Alimentação e Nutrição, para que a construção do hábito alimentar saudável seja incorporado efetivamente no espaço escolar.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar a percepção de professores da rede pública de ensino do município de Arara - Paraíba com relação à utilização da Alimentação e Nutrição como temas do currículo escolar.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Apresentar a legislação vigente que prevê a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal;
- ✓ Verificar os conhecimentos dos profissionais sobre Alimentação e Nutrição;
- ✓ Avaliar o entendimento do professor acerca da Educação Alimentar e Nutricional;
- ✓ Estabelecer relação entre a abordagem da Educação Alimentar e Nutricional e a construção de hábitos alimentares;
- ✓ Analisar a percepção acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 A ESCOLA COMO ESPAÇO PROMOTOR DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia do atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. A União assume a responsabilidade de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a lei nº 9.394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 2017).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão federal responsável pelo gerenciamento de recursos financeiros que são transferidos em caráter suplementar aos estados, municípios e ao Distrito Federal. Ações como: Caminhos da Escola (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), fortalecem educação pública e são essenciais para o desenvolvimento do aluno. Assim, esses recursos também são destinados PNAE que é responsável por atender parcialmente o suprimento das necessidades nutricionais dos alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, originou-se advindo de uma proposta do Instituto de Nutrição para disponibilizar alimentação escolar (BRASIL, 2013a).

O PNAE foi instituído essencialmente na década de 50, e várias foram às mudanças na sua estrutura legal. No cenário atual demanda ofertar a alimentação escolar considerando-se o Direito Humano à Alimentação Adequada ante a perspectiva do respeito à diversidade cultural (PAIVA et al., 2016). Sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2009). Quanto aos avanços do PNAE, destaca-se a inserção do nutricionista na política, onde passou a ser o profissional responsável pela elaboração dos cardápios escolares (VASCONCELOS, 2013).

Além disso, o objetivo do PNAE é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial infantil, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos mediante a oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo, além das ações de EAN que é um dos eixos da Resolução FNDE nº 26 que fortalece ainda mais o programa (BRASIL, 2009).

A EAN no espaço escolar representa “o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo”. Nesse ponto de vista, são preceitos das ações de EAN atividades que melhorem os hábitos alimentares; promoção da oferta adequada e saudável da alimentação escolar; utilização de novas metodologias para o trabalho pedagógico; utilização do alimento como instrumento pedagógico (BRASIL, 2013a).

Portanto, no âmbito escolar, o setor da saúde tem atribuições importantes na promoção da alimentação adequada e saudável, compromisso apresentado na Política Nacional de Promoção da Saúde e, mais especificamente, na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (BRASIL, 2009, 2013b). Dentre os princípios que regem a PNAN, Silva (2018), destaca em seu estudo o princípio do fortalecimento da autonomia dos indivíduos, que tem como propósito promover o aumento da capacidade de interpretação e escolha para que o indivíduo seja capaz de nortear sua própria vida tornando-o autônomo para as escolhas e práticas alimentares.

No contexto situacional do espaço escolar, encontram-se diferentes sujeitos, com histórias e papéis sociais distintos – professores, alunos, merendeiras, porteiros, pais, mães, avós, avôs, voluntários, entre outros –, que produzem modos de refletir e agir sobre si e sobre o mundo (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, o âmbito escolar é tido também como um espaço de construção e promoção de hábitos alimentares saudáveis, desse modo, foi instituída pelo Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Geral da Política de Alimentação e nutrição (CGPAN), a Portaria Interministerial nº. 1.010 de 8 de maio de 2006, que enfatiza as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio das redes pública e privada, em esfera nacional (BRASIL, 2006; RAMOS; REIS; SANTOS, 2013). A relação entre os setores de Educação e de Saúde possui muitas afinidades no campo das políticas públicas por serem baseados na universalização de direitos

fundamentais e com isso favorecem maior proximidade com os cidadãos nos diferentes cantos do país (BRASIL, 2009).

Dessa forma, é importante enfatizar a colaboração da educação em Ciências para as atividades pertinentes à alimentação, especialmente no caso da EAN, que foi e continua sendo de significativa importância, considerando o contexto das aulas de Ciências, que proporcionam conhecimento significativo, abordando a relação lógica entre o que se aprende e a experiência de vida (LOBO; MARTINS, 2013). Porém, a Lei 13.666, de 16 de maio de 2018, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e determina que a Educação Alimentar e Nutricional deverá ser incluída nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, como um dos temas que necessariamente devem ser abordados de forma transversal no plano educacional, isso justifica-se pelo aumento da incidência de DCNT em todo mundo e a World Health Organization, estima que até 2025 o número de crianças obesas no mundo pode chegar a 75 milhões, caso não haja conscientização sobre o assunto (BRASIL, 2018; WHO, 2018).

De acordo com Silva (2018), a transversalidade proposta nos parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) evidentemente não está presente na realidade escolar do ensino fundamental e em vários momentos os assuntos relacionados à alimentação e nutrição são ensinados exclusivamente no componente curricular Ciências, sem haver inter-relação com outras disciplinas.

Nesse pressuposto, a alimentação é um tema exposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, que enfatiza a importância de os estudantes conhecerem e aprenderem a relacionar alimentação e saúde, a atentar e examinar os distintos processos ao qual o alimento é submetido, discutir e entender sobre os alimentos e problemas ambientais oriundos de sistemas produtivos em diferentes áreas, como saúde, alimentação e poluição (BRASIL, 2017).

Segundo Silva (2018), é de valia significativa que o tema alimentação seja percebido pelos estudantes de forma ampla, passando além da capacidade de saber apenas quais alimentos escolher e comer, visando o ato de compreender todo o processo que envolve o alimento em seu ciclo produtivo. Por isso, o tema alimentação é multidimensional (MOTTA-FARO et al., 2016), e, quando discutido tem dado lugar à conscientização de que o ato de comer é uma construção social que gera impactos no ambiente (problemas ambientais recorrentes de sistemas produtivos que afetam diferentes áreas, como saúde, alimentação e poluição), e fogem do conceito que alimentação refere-se apenas a uma condição vital para o ser humano (MOTTA; TEIXEIRA, 2012).

A escola deve ser entendida como um espaço de relações, um espaço privilegiado para o desenvolvimento crítico e político, contribuindo na construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo e interfere diretamente na produção social da saúde (BRASIL, 2009).

3.2 FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO E SEU DIÁLOGO COM ALIMENTAÇÃO

Segundo a Lei Básica de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e o ensino público deve centrar-se na gestão democrática, cujos princípios são a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2009).

Porém, a necessidade de repensar sobre a formação de professores, é um tema presente nos relatórios e pareceres do Conselho Nacional da Educação (CNE) que tem chamado atenção (CNE, 2016). É notável que a interação entre a diversidade de componentes e dimensões necessárias à formação de um profissional de ensino rege as questões principais da formação de professores que se prendem a essa necessidade (ROLDÃO, 2017).

Sabendo que os professores participam diretamente do processo de ensino-aprendizagem, e representam resistente influência sobre o alunado, regularmente tem se falado da importância da EAN para formação do hábito alimentar saudável, mas raramente acerca da qualificação dos professores e meios pelos quais os temas referentes à alimentação e nutrição devem ser ministrados, assim como da ausência de diálogo relacionado à formação adequada e segurança por parte do educador para ministrar os conteúdos, pois são diversas as disciplinas lecionadas e, durante a formação acadêmica, não possuem disciplinas específicas que abordem tais temáticas (SILVA, 2018).

De acordo com Roldão (2017), atualmente não parece adequado, nem fácil privilegiar um modelo de formação articulado e coerente baseado na ação de formar conceitos da formação profissional de, por um lado, preparar com clareza as competências que são requeridas para o desempenho adequado de uma profissão e de avaliar a forma como os componentes de formação deverão se organizar e interagir num quadro de prática de formação necessariamente diversificada frente à dificuldade de questões que se colocam à formação de professores.

Além disso, o que se observa diariamente são professores completamente cheios de aulas e muitas vezes ministrando diferentes disciplinas, o que conseqüentemente leva ao acúmulo de atividades (preparação das aulas, atividades complementares, planejamento e correção de provas), e percebe-se a inexistência de disponibilidade para participar de cursos de capacitação, uma vez que precisam ser realizados fora do horário de trabalho. (RETONDARIO; NADAL, 2015).

O esforço dos professores em estruturarem melhor as suas aulas e dedicarem um tempo para a sua educação continuada, permanece, portanto vinculada a própria forma como o sistema educacional se estabelece, restringindo tempos e sobrecarregando os profissionais, assim como aos baixos salários que os submetem a um acúmulo de horas para obter uma melhor remuneração (SILVA, 2018). O que dificulta a existência de profissionais capacitados, tendo em vista que, docentes atualizados, informados e motivados podem tornar-se protagonistas para modificar comportamentos alimentares de escolares (FONTES; RAZUCK; RAZUCK, 2011).

3.3 O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SUA INTERFACE COM A CONSTRUÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como um dos objetivos complementares “respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola local”, é executado mediante a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que institui diretrizes para a alimentação escolar, dentre elas “Alimentação saudável e adequada”, que propõe o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; “Educação Alimentar e Nutricional” que estimula o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida; “Universalização”, que refere-se ao atendimento a todos os alunos matriculados na rede pública de ensino ; “Participação Social”, que favorece o acompanhamento e controle da execução por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE); “Desenvolvimento Sustentável”, que incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local de preferência pela agricultura familiar; e “Direito à Alimentação escolar”, que garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, respeitando as diferenças biológicas e necessidades específicas (BRASIL 2009, 2014).

As disposições presentes na Resolução CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013 preconizam o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares

saudáveis (BRASIL, 2013a). Segundo Chaves et al. (2009), o PNAE está contribuindo para a promoção de hábitos alimentares regionais, sendo que nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, é necessário um maior incentivo ao uso de preparações regionais no cardápio escolar. Porém, a formação dos hábitos alimentares excede a refeição ofertada no espaço escolar e requer que as atividades propostas pelo PNAE, no que se refere à EAN coincidam para o princípio de ação no processo de ensino e aprendizagem, declarado no Marco que prevê a educação como processo contínuo e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos (BRASIL, 2013a).

Logo, o Guia Alimentar para a População Brasileira é uma importante ferramenta que apresenta um conjunto de informações e recomendações sobre alimentação que objetivam promover a saúde de pessoas, famílias e comunidades e da sociedade brasileira como um todo, hoje e no futuro. Alguns destes serão trabalhadores cujo ofício envolve a promoção da saúde da população, incluindo profissionais de saúde, agentes comunitários, educadores, formadores de recursos humanos e outros (BRASIL, 2014b).

Quanto à oferta da alimentação nas escolas a Resolução Nº 26, no Art. 14 dispõe que os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo Responsável Técnico, com inclusão de gêneros alimentícios básicos, de forma a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e elencar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2013a). E consentindo com a necessidade da semelhança entre os cardápios ofertados e os hábitos alimentares dos escolares, é necessário que o objetivo do PNAE no que se refere ao respeito aos hábitos alimentares seja estimulado (PAIVA; FREITAS; SANTOS, 2016).

Portanto, torna-se importante enfatizar que o processo de globalização, por meio da homogeneização e padronização das práticas alimentares, por exemplo, colabora para um movimento de valorização e reafirmação da singularidade dos hábitos locais, que está associado ao fortalecimento das identidades sociais e consolidação do respeito à diversidade cultural e aos hábitos alimentares locais (PAIVA; FREITAS; SANTOS, 2016). Nesse ponto de vista, os hábitos alimentares dos alunos tanto dos profissionais devem ser considerados, para a partir das reais condições de mudança de atitude serem aliados as discussões e conhecimentos técnicos abordados na ação educativa, para que efeitos permanentes sejam alcançados, isso porque comportamentos e habilidades alimentares carecem desses processos educativos para que a capacidade de pensar auxilie nos hábitos alimentares saudáveis e ao viver saudável (BRASIL, 2013a).

Desse modo, espontaneidade, no conceito de EAN, relaciona-se a mudanças de hábitos alimentares por vontade exclusiva da pessoa, de forma espontânea. Dessa maneira, o desenvolvimento de aptidão para uma postura ativa e para práticas autônomas infere a utilização de uma pedagogia ativa, dialógica e questionadora (BRASIL,2013a). Assim, o consumo alimentar representa o grande resumo das escolhas culturais que se apresenta num ritual definido tanto pelo que se come, como se come, com quem se come e onde se come. Assim, a comida em si não é suficiente, sendo indispensável um procedimento que envolva uma maneira particular de comer, companhia e local apropriado e adequado.

Por isso, se não há uma adequação da dimensão cultural do alimento pelo profissional e educador, qualquer tentativa de mudança de hábitos alimentares pode se tornar ineficaz, uma vez que para o ser humano a alimentação excede a dimensão nutricional, de saciar a fome. O ato de comer neste aspecto significa principalmente a realização de hábitos, que expressam diferença e expressão de visões de mundo e construção de identidade (BRASIL, 2018).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo transversal, de campo e de abordagem quali-quantitativa. Transversal porque a pesquisa foi realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento, de campo porque teve o objetivo de entender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade, por meio de técnicas observacionais e com a utilização de questionários para a coleta de dados que possibilitaram responder aos problemas associados a grupos e comunidades, e de abordagem quali-quantitativa, a pesquisa qualitativa é o tipo de pesquisa adequada para quem busca o entendimento de fenômenos, por intermédio de descrições, interpretações e comparações, enquanto a pesquisa quantitativa considera os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas (SILVA, 2001; SILVA, 2004).

4.2 POPULAÇÃO DE ESTUDO

A pesquisa que segue foi realizada no município de Arara, que fica a aproximadamente 164 km de distância da capital paraibana João Pessoa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), estima-se que a população arareense é de 13.438 habitantes, em 2018. O município possui 6 escolas municipais localizadas na zona urbana, e 5 delas abrangem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, atendendo cerca de 873 estudantes matriculados, que contam com 36 professores que lecionam nestes dois níveis da educação básica, destes o total de 20 professores participaram da pesquisa .

4.2.1 Riscos

A colaboração daqueles que escolherem participar de forma voluntária da pesquisa não proporcionou riscos ou prejuízos à saúde. Durante a entrevista os participantes poderiam apresentar-se incomodados/desconfortáveis em relação a algumas perguntas, tais como: escolaridade. Todavia, estes incômodos foram diminuídos com a explicação (termo de consentimento livre e esclarecido) referente à possibilidade de optar por não responder as perguntas, as entrevistas foram realizadas de forma individual e em local de preferência do entrevistado, diminuindo possíveis situações de desconforto.

Para garantir o conforto dos envolvidos, a pesquisadora recebeu treinamento sobre os procedimentos na aplicação de questionários, sendo respeitada a privacidade e autonomia dos participantes, preservando sua permanência na pesquisa.

4.2.1 Benefícios

Permitir que a escola se torne um espaço promotor da saúde e dos hábitos alimentares saudáveis, possibilitando uma melhor qualidade de vida de crianças, adolescentes, pais e profissionais envolvidos. Além de envolver o professor como instrumento indispensável para efetivação da EAN, e possibilitar um mapeamento das dificuldades que poderão ser utilizadas como base para os treinamentos futuros.

4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram inclusos na pesquisa os profissionais da rede municipal de ensino que estivessem atuando de forma ativa na área da docência, lecionando turmas das creches, pré-escola e/ou Ensino Fundamental I, aptos a participar voluntariamente, e em comum acordo com os pressupostos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, APÊNDICE B) e que assentissem a autorização da realização do estudo por meio da assinatura. Foram excluídos da pesquisa professores que lecionavam apenas na zona rural devido à dificuldade de locomoção para entrevistá-los e aqueles que não preenchessem os critérios supracitados.

4.4 COLETA DOS DADOS

Para coleta de dados foram realizadas entrevistas individuais em horários pré-estabelecidos e utilizado um questionário estruturado (Apêndice A), dividido em dois módulos que correspondiam às questões objetivas referentes aos temas alimentação e nutrição, e subjetivas referentes ao conceito de EAN, que estratégias podem ser consideradas para melhorar a abordagem deste tema, importância do PNAE. Assim, o questionário utilizado foi adaptado de Piccoli, Johann e Côrrea (2010) e validado para obtenção de informações. Os questionários foram aplicados em local de preferência do entrevistado e apontado no dia do contato inicial com o mesmo. As questões subjetivas foram apreendidas por gravação de voz e posteriormente transcritas para o meio digital.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados quantitativos (Módulo I) obtidos foram tabulados e armazenados em planilhas eletrônicas do software *Excel* (*Microsoft Excel*, 2007), e apresentados de forma descritiva, mediante sua frequência demonstrada em forma de percentual.

As narrativas dos participantes (Módulo II) foram transcritas e lidas de forma criteriosa, observadora e específica, para posterior análise do material qualitativo obtido. Nesta perspectiva, os dados qualitativos apresentam-se como descrições detalhadas de citações diretas de experiências pessoais, fenômenos e comportamentos, onde gravações ou transcrições de entrevistas e discursos são tidos como dados com maior riqueza de detalhes e profundidade que demonstram interações entre indivíduos, grupos e organizações (GLAZIER; WELL, 2011; PATTON, 1980). A técnica metodológica análise de conteúdo foi utilizada, e consiste em um método descrito por Bardin (2011), caracterizado por um conjunto de técnicas de análise das comunicações, onde o pesquisador analisa de forma criteriosa e demanda entender as diversas características que estão ocultas nos fragmentos de mensagens tornados em consideração, obtidas por meio de procedimentos sistemáticos classificados em três fases distintas: pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados: interferência e interpretação. Os dados foram apresentados

4.6 PRINCÍPIOS ÉTICOS

A presente pesquisa atendeu as normas da Resolução Nacional de Saúde 466/12, que compete toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos, e foi enviada ao Comitê de Ética para avaliação, mediante Plataforma Brasil e está sob número 134595/2018 (BRASIL, 2012). A pesquisa contou com a participação voluntária dos profissionais e após referida aceitação, foi apresentado o TCLE (APÊNDICE B), onde foram expostos os objetivos do estudo, natureza e sua respectiva metodologia aplicada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados que seguem foram obtidos pela análise das questões objetivas que foram analisadas de forma descritiva e seguida pela análise das falas obtidas por meio das questões subjetivas que foram gravadas, ou seja, a primeira parte apresentada é referente às perguntas fechadas e em seguida as perguntas abertas.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS PROFESSORES E PERCEPÇÃO ACERCA DE CONTEÚDOS SOBRE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Participaram do estudo 55% dos professores (20), todas do sexo feminino com idade entre 20 e 50 anos, sendo idade média de 34 anos. Das quais foram escolhidas de forma aleatória de modo que todas as escolas fossem representadas de forma satisfatória.

Resultados semelhantes no que se refere à predominância do sexo feminino na presente pesquisa, foram encontrados por Rocha e Fascina (2017), onde destaca-se que há constante presença de educadores do sexo feminino nas séries iniciais da Educação Básica e em instituições voltadas à primeira infância. Enquanto profissão voltada para as mulheres nesse percurso de construção social do magistério consta-se que as mulheres são maioria no curso de Pedagogia (SILVA, 2015). No Brasil, as mulheres só conseguiram o direito à educação em 1827, por meio de escolas segregadas que exibiam currículos distintos de acordo com o sexo. Para as moças, para quem o ensino superior era proibido, restava um ensino menos aprofundado nas ciências e voltado às “prezadas domésticas”. Desse modo, a única oportunidade de a mulher prosseguir seus estudos era através da Escola Normal, que permitia o exercício da atividade docente. A partir de 1895, o número de moças superou o número de rapazes formados nessas escolas de São Paulo (DEMARTINI; ANTUNES, 1996).

De acordo com os dados do Censo do Professor, de 2007, 97,9% dos professores da creche são mulheres, índice que cai para 74,4% nos anos finais do ensino fundamental, para 64,4% no ensino médio. No ensino superior, temos em torno de 45% de mulheres docentes. Associado a essa tendência decrescente da presença de mulheres nas diferentes etapas do ensino é inversa à valorização do profissional dessas etapas. Ou seja, há uma maior valorização e reconhecimento de professores do ensino superior, em contrapartida as “tias” da educação infantil possuem baixa formação, salários precários e pouco reconhecimento.

Mediante esta discussão, Paulo Freire (1997) apresenta em seu livro “Professora, sim, tia, não”, que é importante evitar uma compreensão distorcida sobre a tarefa profissional

do professor. Segundo ele, é necessário ousadia ao fato de se fazer professor, educador, que se vê responsável profissionalmente pela formação permanente. Nesse sentido, não se quer desmoralizar ou desvalorizar a figura da tia, mas indagar a desvalorização profissional, que vem acontecendo há décadas, de transformar a professora num parente postiço.

Em relação à formação acadêmica, foi observado que das 20 professoras entrevistadas, 1 (5%) era mestre e possuía formação em engenharia agrônoma, 12 (60%) possuíam formação em pedagogia, 5 (25%) estão cursando pedagogia, 1 (5%) psicologia e 1 (5%) licenciatura em letras/português. Com relação à pós-graduação ou especialização, entre as pedagogas formadas 10 (83%) afirmaram possuir.

Quanto ao tempo de magistério, identificou-se uma média de 12 anos de vivência, variando entre 30 anos e 2 meses de atuação na área. As professoras atuam de forma polivalente e lecionam em apenas 1 turma, por isso ministram todos os conteúdos relacionados à educação básica, e a carga horária média atual é de 22 horas/semanais, sendo que das participantes 4 (20%) trabalham em outro município além de Arara e 2 (10%) atuam em outro cargo também na área da educação.

Com o objetivo de compreender melhor o perfil das professoras participantes da pesquisa, perguntas relacionadas à situação funcional, as séries que lecionam e turno de trabalho foram realizadas e apresentadas na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1- Perfil de trabalho das professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, do município de Arara - Paraíba. Brasil, 2018.

Variável	Classificação	N (20)	%
Situação funcional	Efetivo	9	45%
	Contrato	11	55%
Série/ano que leciona	Educação Infantil (Berçário, Maternal, Pré I e Pré II)	6	30%
	Ensino Fundamental I (1° ao 5° ano)	14	70%
Turno de trabalho	Manhã	12	60%
	Tarde	8	40%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com Silva e Batista (2018), a situação de trabalho dos professores com contrato temporário se difere quando comparada com professores efetivos, pois os salários são

inferiores, há uma instabilidade financeira, e, além disso, os profissionais contratados devem cumprir as mesmas obrigações dos efetivos. É notável que o reconhecimento e valorização dos profissionais da educação são temas cada vez mais recorrentes nos debates educacionais. Porém, a falta de estabilidade por parte dos professores contratados acaba provocando mais insegurança para realização do seu trabalho e traz enormes prejuízos, pois estes acabam sujeitos a demissões a cada final do ano letivo (SANTOS, 2016).

Como estes profissionais são contratados em situações específicas, como por exemplo, para cumprir a licença de um professor efetivo, o seu tempo na escola pode variar de acordo com a duração da licença. Em casos mais ágeis de contratação, devido demandas mais imediatas, então a Constituição Federal em vigor, de forma excepcional e em atenção ao princípio da supremacia do interesse público, proporciona, por meio do art. 37, inciso IX, à Administração Pública contratar temporariamente através de seleção simplificada e sob o regime especial de trabalho, desde que devidamente motivada e preservada nas causas legais.

Nesse contexto, sob contratação temporária, recebem salários abaixo do mínimo nacional e também do mínimo do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), e infelizmente o estado pratica condições de trabalho diferentes para os professores temporários. No Plano de Carreira, Cargo e Remuneração (PCCR), a política de remuneração e a jornada de trabalho são diferentes para os professores temporários e os efetivos, produzindo, assim, relações contratuais desiguais entre os profissionais (SANTOS, 2016).

Quando questionadas sobre a presença dos temas alimentação e nutrição em seu planejamento de ensino, todas afirmaram trabalhá-los em sala de aula. Assim, os referidos resultados correlacionam-se com o estudo realizado por Piccolli e Corrêa (2010), que teve como um dos objetivos analisar se os professores das séries iniciais das escolas públicas municipais de uma cidade do Oeste de Santa Catarina abordavam o tema alimentação e nutrição em sala de aula, percebeu-se a presença da temática alimentação e nutrição no planejamento de 85,7% dos professores entrevistados.

Quanto à visualização desses temas sendo abordados em algum livro didático 6 (30%) das entrevistadas não visualizam tais temas em livros didáticos, e apenas 3 (15%) afirmaram que os temas alimentação e nutrição estão presentes nos livros de forma interdisciplinar, sendo que o livro didático de ciências foi o mais citado entre as entrevistadas 11 (55%). Segundo Greenwood e Fonseca (2016), o livro didático de ciências apresenta-se como relevante recurso para o desenvolvimento da EAN, mas dentro do ambiente escolar compete ao professor escolher o modo ao qual o conteúdo deste é aplicado. Todavia, no currículo escolar a EAN deve ser inserida numa proposta de transversalidade e interdisciplinaridade que

não se enquadre exclusivamente ao espaço escolar, mas que perpassse à comunidade (SILVA; SILVA; SANTO, 2015).

As ações de EAN podem ser realizadas a curto, médio e longo prazo, sabendo do favorecimento da integração de diversas áreas de conhecimento, é notório que é possível trabalhar alimentação saudável de forma transversal e interdisciplinar (SCARPARO; MARQUES; PINO, 2017). O tema alimentação, quando introduzido nos assuntos da disciplina de geografia no ambiente escolar, possibilita uma série de aprendizados e de produção de conhecimento, neste caso o tema está normalmente incluso nas discussões que envolvem a agricultura e a produção de alimentos (TEÓFILO, 2018).

As disciplinas que abordam assuntos que favorecem a conscientização sobre alimentação, áreas como da biologia, auxiliam no que se refere à classificação das frutas, verduras. Os assuntos matemáticos podem ser aplicados para calcular calorias, porções, unidades de medidas e nesse contexto, há a sistematização e interpretação de informações essenciais. Assim como, a disciplina de Educação Física é importante para a prática de esportes e de exercícios físicos (FARIAS, 2016).

Uma visão disciplinar atualizada e dinâmica possibilita que o ensino da arte na escola ocorra através de novos conceitos inerentes ao ver, vivenciar e ser, então a ação do professor de arte acaba sendo impulsionada (HARGREAVES, 2017).

A avaliação da percepção das professoras acerca da abordagem das temáticas alimentação e nutrição averiguadas com o subsídio do questionário, subsidiou informações importantes quanto aos critérios que utilizavam para elaborar o planejamento de ensino, as disciplinas que comumente envolviam a inserção desses temas, onde e como se informavam previamente antes de ministrar as aulas, além dos recursos que utilizavam para melhorar a abordagem. Ainda, foi questionado sobre a qualificação para ministrar conteúdos de alimentação e nutrição, seu domínio e segurança para trabalhá-los, assim como sobre a desenvoltura dos alunos frente aos temas alimentação e nutrição. Ademais, questionou-se o conhecimento acerca do PNAE como apresentado na Tabela 2.

Tabela 2- Percepção dos professores acerca de conteúdos sobre alimentação e nutrição ministrados em Educação Infantil e Ensino Fundamental I, do município de Arara - Paraíba, Brasil, 2018.

Perguntas	Classificação	n (20)	%
-----------	---------------	--------	---

Qual (is) critério (s) você adota para elaborar o planejamento de ensino? (pode assinalar mais de uma opção).	Proposta(s)/guia(s) curricular(es) fornecido(s) pelos órgãos públicos	13	65%
	Planejamento anterior	5	25%
	Necessidade e interesse dos estudantes	15	75%
	Experiência anterior	8	40%
	Atualização dos programas atuais	7	35%
	Reunião com os professores	17	85%
	Outros	2	10%
Você trabalha o assunto alimentação e nutrição com seus estudantes em sala de aula?	Sim	20	100%
	Não	0	0,0%
Se sim, em qual(is) disciplina(s) você trabalha alimentação e nutrição?	Português	7	35%
	Matemática	1	5%
	Ciências	10	50%
	Artes	5	25%
	Estudos Sociais (História e Geografia)	1	5%
	Educação Física	2	10%
	Interdisciplinar	8	40%
Você se informa sobre o tema alimentação e nutrição antes de ministrar a aula?	Sim	20	100%
	Não	0	0,0%

Se sim, onde costuma buscar informações sobre Alimentação e Nutrição para trabalhar com os estudantes?	Internet	20	100%
	Revista	2	10%
	Jornais	0	0,0%
	Cartilhas	0	0,0%
	Folder	0	0,0%
	Revistas científicas	0	0,0%
	Livros de Alimentação e Nutrição	3	15%
	Livro didático	15	75%
	Outros	1	5%
Você utiliza algum recurso complementar em sala de aula para trabalhar Alimentação e Nutrição?	Sim	20	100%
	Não	0	0,0%
Se sim, quais?	Cartazes	20	100%
	Filmes/fitas de vídeo	16	80%
	Palavra cruzada	12	60%
	Desenhos na lousa	9	45%
	Pirâmide dos alimentos	12	60%
	Teatro	4	20%
	Músicas	19	95%
	Histórias infantis	14	70%
	Dinâmicas de grupo	12	60%
Você recebeu alguma capacitação para trabalhar os temas voltados para Alimentação e Nutrição?	Sim	1	5%
	Não	19	95%

Você se sente seguro(a), possui domínio de trabalhar os temas Alimentação e Nutrição?	Sim	19	95%
	Não	1	5%
Em sua opinião, o estudante sente a necessidade de saber sobre o tema Alimentação e nutrição?	Sim	19	95%
	Não	1	5%
Você acredita que o estudante se sente satisfeito com sua abordagem em relação à Alimentação e Nutrição?	Sim	20	100%
	Não	0	0,0%
Você acredita que há envolvimento do estudante para esta temática?	Sim	20	100%
	Não	0	0,0%
Você gostaria de participar de uma formação voltada para os temas Alimentação e Nutrição?	Sim	19	95%
	Não	1	5%
Você considera que exerce influência no hábito alimentar dos escolares?	Sim	20	100%
	Não	0	0,0%
Você conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?	Sim	20	100%
	Não	0	0,0

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No estudo realizado por Piccoli, Johann e Corrêa (2010), o planejamento de ensino embasava-se em vários critérios, e havia uma reunião prévia entre os docentes, visto que a maioria afirmou reunir-se para elaboração do planejamento de ensino, assim a reunião entre os profissionais de educação, permite que projetos sejam realizados em conjunto, de forma interdisciplinar e transversal. Em contrapartida, um estudo realizado com o objetivo de

apresentar uma Oficina Permanente de Educação Alimentar (OPEAS) para educadores e outros profissionais, demonstrou que dentre as dificuldades identificadas ao longo da oficina, a comunicação foi um dos principais problemas encontrados, tendo em vista que a atuação de cada um é feita de forma individual, o que interfere diretamente na efetivação das ações de promoção a alimentação saudável no espaço escolar (JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013). O fato de os professores levarem em consideração a necessidade e o interesse dos alunos corroboram com dados de outro estudo importante que merece destaque, onde 79,48% dos professores também o utilizam como critério para elaborar o planejamento de ensino, o que reflete o grau de importância, que é destinado à abordagem da temática (SILVA; GARCIA, 2018).

Os temas Alimentação e Nutrição são trabalhados por todas as professoras participantes da pesquisa, sendo estes mais abordados respectivamente no componente curricular de ciências. Estes dados demonstram que os professores trabalham a temática alimentação e nutrição em sala de aula, como enfatizado também no estudo que avaliou a presença dos temas no planejamento anual de 89,2% dos docentes pesquisados, além disso, identificou-se que a abordagem do assunto ocorreu principalmente nas aulas de ciências (PICCOLI; JOHANN; CORRÊA, 2010), embora as professoras deste estudo terem mencionado que sentem necessidade de capacitação para discutir o tema em sala de aula. É importante destacar que a pesquisa no município de Arara não pretendeu analisar o conteúdo sobre alimentação e nutrição trabalhado pelas professoras.

Os resultados relacionados sobre à busca de informações antes de ministrar a aula corroboram com os dados obtidos por outro estudo, onde os professores também utilizam a internet (97,43%) e o livro didático (76,92%) como principais fontes para obtenção de informações sobre os temas Alimentação e Nutrição (SILVA, 2018). O acesso à internet é rápido, prático e eficiente, sendo uma das mais potentes redes utilizadas para circulação de produtos, como informações e produção de conhecimento (NASCIMENTO, 2012). Porém, torna-se importante questionar a qualidade e confiabilidade dos conteúdos obtidos nesse meio acessível e passível de alterações de informações. Os livros didáticos também são importantes ferramentas que são utilizadas frequentemente, pois além de acessíveis para alunos e professores, são distribuídos de forma gratuita em todo o país, por isso se faz necessário que ocorra a atualização constante e adequada desta ferramenta para garantir um ensino de qualidade (PICCOLI; JOHANN; CORRÊA, 2010).

Todos os recursos complementares citados no questionário são utilizados pelas professoras, porém dentre os mais utilizados durante as aulas estão cartazes (100%), música

(95%), filmes/vídeos (80%), histórias infantis (70%), e mais da metade utiliza a pirâmide dos alimentos (60%), dinâmicas de grupo (60%) e palavra cruzada (60%), enquanto entre os recursos menos utilizados estão desenhos na lousa (45%) e teatro (20%). Estes resultados são semelhantes ao encontrados por Silva (2018), onde cerca de 71,79% dos professores entrevistados também utilizavam cartazes, 58,97% vídeos e 56,41% dinâmicas como recurso para auxiliar nas aulas. Segundo Leite et al., (2011), com a utilização dos meios lúdicos, o professor apodera-se da possibilidade de incentivar o pensamento e enriquecer cenários, objetivando melhorar o desenvolvimento integral da criança, podendo facilitar também expressões de emoções, o que é da mesma maneira importante na aprendizagem e na busca de novos conhecimentos.

Com relação à influência do professor nos hábitos alimentares dos alunos, todas afirmaram exercer influência, resultado semelhante ao encontrado no estudo de Rocha e Fascina (2017), onde entre as professoras questionadas, 92,9% consideraram-se agentes fundamentais para a promoção da alimentação saudável e da prática de atividade física no ambiente escolar.

Apesar de uma expressiva maioria das professoras não possuir nenhuma capacitação voltada para alimentação e nutrição (95%), elas afirmaram ter segurança e possuir domínio para ministrar os temas em sala de aula. Possivelmente, as professoras não se sentiram á vontade para falar que não dominavam um assunto que tantos julgavam simples, que é alimentação, mas quando questionadas sobre a necessidade de se informar demonstraram necessitar de auxílio. Ademais, segundo a percepção das profissionais os estudantes sentem necessidade de saber sobre esses temas (95%), assim como apresentam-se envolvidos e satisfeitos com as abordagens em sala de aula.

Um estudo semelhante apresentou que 85,7% dos professores entrevistados disseram que nunca receberam capacitação sobre alimentação e nutrição, um resultado ainda menor do que o observado na presente pesquisa, além disso, segundo a percepção dos professores os estudantes sentem-se satisfeitos com a abordagem realizada e mostram-se envolvidos durante a discussão da temática, todavia diferentemente do presente estudo, apenas pouco mais da metade dos professores sentem-se seguros e aptos para ministrar os temas (SILVA, 2018).

Quando questionadas sobre o interesse em participar de uma formação voltada para os temas alimentação e nutrição, uma significativa maioria 19 (95%) expressou desejo em participar. De acordo com Miranda (2008), o professor tem que perceber-se como operante na sociedade em que vive, caracterizando-se como um referencial que é capaz de influenciar, por isso precisa estar preparado de fundamento teórico associado à sua prática diária para que

possa favorecer a formação de indivíduos com postura crítica. A formação do aluno nos contextos atuais requer que o professor esteja atualizado com os conteúdos curriculares, para isso, é necessário que o professor adquira novos conhecimentos, metodologias e técnicas (LUCINI, 2016). Por isso, é importante que as professoras tenham acesso a capacitações para melhor preparação do professor do ensino básico. É bem comum a conhecida afirmação de que 'a melhor prática é uma boa teoria', que importa aceitar também a sua contrária - a boa teoria só se torna real na boa prática, ambas são indissociáveis (ROLDÃO, 2017).

Diante da importância da escola e do professor para a formação dos hábitos alimentares saudáveis entre os escolares, todas as envolvidas na pesquisa reconheceram que exercem influência no hábito alimentar de seus alunos. Por isso, a conscientização dos professores no que se refere a sua responsabilidade e do seu potencial ante um tema de extrema importância, que é considerado promotor de qualidade de vida e indispensável para prevenção de DCNT é fundamental (RETONDÁRIO; NADAL, 2015).

E quando questionadas sobre seu conhecimento acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), todas as professoras afirmaram conhecer o programa. Diferentemente da pesquisa citada acima, realizada por Retondário e Nadal (2015), onde os professores quando indagados obteve-se que 33% relataram não conhecer este programa, sendo importante ressaltar que o FNDE oferta um módulo com foco no PNAE, no programa “Formação pela Escola”, que deve ser um tema discutido em nível escolar.

5.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS SUBJETIVAS DO QUESTIONÁRIO QUE RESUME A FREQUÊNCIA DAS IDEIAS A RESPEITO DA EAN, DO PNAE E DA LDB

Mediante as análises das respostas abertas foram elaborados doze critérios temáticos de análise que foram subdivididos em categorias para melhor entendimento da fala das participantes da pesquisa, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Categorização das respostas abertas obtidas nos questionários com as professoras (N=20) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, que resume a frequência das ideias a respeito da EAN, do ensino da temática relacionada à Alimentação e nutrição, do PNAE e da LDB. A resposta de um mesmo professor pode estar contabilizada em mais de uma categoria.

Pergunta	Crítérios	Categorias	n(20)
----------	-----------	------------	-------

Como você definiria Educação Alimentar e Nutricional?	Conceito	Não soube definir/ Relata carência de formação/ Relaciona com saúde e doença	10
		Forma de educar a alimentação/ Alimentação saudável/ Hábito alimentar	10
		Conteúdo/ Importância no espaço escolar/ Projeto/Programa	8
Gostaria de saber se o(a) senhor(a) identifica diferença entre “Inserção da temática Alimentação e Nutrição como tema transversal” e “Inserção da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal” do currículo escolar?	Conceito	Não há diferença entre as frases	14
		Há diferença entre as frases	6
Você julga relevante trabalhar a temática Alimentação e Nutrição em sala de aula? Porquê?	Importância da temática	Para ter uma alimentação saudável/ Construção do hábito alimentar/ Ampliar conhecimento	14
		Evitar monotonia alimentar/ Melhorar a saúde/ Qualidade de vida	8
		Incentivar alunos e pais/ Reeducação alimentar/ Diminuição do consumo de industrializados	10

Quais os fatores envolvidos na inserção destes temas durante as aulas? Cite.	Realidade	Merenda Escolar	6
		Falta de incentivo dos pais/ Fator econômico/ Realidade da comunidade	7
		Carência de materiais/ Formação do professor	4
		Segundo a realidade/ Conhecimento prévio	4
Como é sua abordagem em sala de aula quando trabalha o tema Alimentação e nutrição?	Abordagem do tema	Utilização de materiais didáticos/ Recursos audiovisuais/ Dinâmicas	16
		Desenvolvimento de receitas/ Promoção de debates	5
		Parceria entre a escola e a família/ Trabalho contínuo	7
Que estratégias podem ser consideradas para melhorar a abordagem destes temas?	Estratégias	Local adequado/ Oficinas/ Materiais adequados	5
		Realização de palestras/ Formações	3
		Levam lanche	8
Enquanto docente, como você percebe, a realidade dos hábitos alimentares e de rotinas alimentares de seus estudantes, a partir da sua observação e convívio diário?	Realidade e rotinas nutricionais	Inadequada	16
		Só tem acesso à alimentação escolar/ Questão financeira	4

Você já teve contato com alguma questão envolvendo nutrição ou alimentação –um problema pessoal de excesso de peso, por exemplo ou algum acontecimento em sala de aula ou na instituição que chamou sua atenção?		Experiência pessoal ou em casa	3
	Contato com o tema	Excesso de peso/ de bullying	Prática 6
		Privação Alimentar	4
Como você julga que seria adequado ensinar as temáticas relacionadas com Alimentação e nutrição para atender a realidade vivenciada pelos estudantes?		Segundo a realidade do estudante	6
	Ensino adequado	Promover palestras com um profissional habilitado	5
		Por meio de atividades práticas/ Projetos Pedagógicos	10
O que você gostaria de aprender sobre o tema Alimentação e nutrição?		Alimentação saudável	3
	Aprender sobre o tema	Conhecimento/ Informações	11

		Dinâmicas e Práticas	5
Como você gostaria que fosse realizada esta formação?	Formação	Dinâmicas e Práticas	11
		Novidades/sugestões	4
		De acordo com a realidade	2
Em sua opinião, o que representa o PNAE em relação à formação dos hábitos alimentares dos estudantes?	PNAE	Importante	9
		Auxílio para os alunos com condições socioeconômicas inferiores	4
		Permite o acesso a alimentos locais/	8
		Controle dos alimentos ofertados	
Em maio de 2018, foi aprovada a Lei 13.666 que altera a Lei de Diretrizes e Bases, acrescentando a Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal dos conteúdos escolares. Qual sua opinião a este respeito?	Lei de Diretrizes e Bases	Considera a Lei importante	15
		Não conhecia a Lei	12
		Conhecia a Lei	6
		Considera importante a transversalidade da EAN	3

Fonte: Dados da pesquisa, (2018).

Quando questionadas sobre como definiriam EAN, percebeu-se que a maioria não compreende qual o significado, demonstrando entender EAN como sendo sinônimo de alimentação saudável conforme pode ser observado na fala seguinte:

“Educação Alimentar e Nutricional, eu acredito que seja a alimentação saudável, né, aquela alimentação que vai nutrir o seu corpo de uma forma saudável”. (Professora 6)

Segundo o estudo realizado por Lira (2018), o qual averiguou a afinidade dos professores de uma escola pública da cidade de Cuité, Paraíba, com a temática alimentação, percebeu-se que quando questionados acerca do conhecimento sobre o termo segurança alimentar e nutricional, diferentemente do presente estudo, foi possível apreender que mais da metade dos entrevistados compreendiam o significado do termo, além disso, relacionaram como sendo um direito. Assim, é possível perceber que apesar de termos diferentes terem sido questionados, a EAN está intimamente relacionada com a prática diária das professoras e mesmo assim não houve uma definição coerente e próxima ao real significado da EAN por parte das envolvidas na presente pesquisa.

Todavia, essa diferença pode ser explicada pela presença efetiva de um Projeto de extensão que trabalha a EAN no espaço escolar onde Lira (2018) realizou a pesquisa, e envolve professores e alunos durante as abordagens, permitindo uma ampliação do conhecimento do professor no que se refere a conceitos teóricos e práticas pedagógicas relacionadas à alimentação e nutrição.

Outras professoras associaram EAN com a educação do hábito alimentar, como mostrado na fala abaixo:

“Eu acho que é mais uma forma de educação, de educar a nossa alimentação, o nosso hábito, alimentar, acho que é mais isso”. (Professora 12)

A análise das entrevistas viabilizou identificar as dificuldades na prática do professor alusivas à construção de conceitos. Resultado também averiguado em outro estudo, que demonstrou, no entanto, que há a necessidade de capacitação docente, bem como um trabalho compartilhado no espaço escolar, onde haja uma maior interação entre professor e nutricionista, esclarecendo sobre a importância de ofertar aos alunos informações resistentes e experiências prazerosas (SILVA; SILVA; SANTO, 2015).

Por isso, mediante a dificuldade em responder o questionamento supracitado, duas professoras demonstraram a necessidade de discutir sobre EAN e citam a carência de formações como pode ser constatado nas falas que seguem:

“Eu acho que é primordial na sala de aula, que esse assunto seja trabalhado, porque é um assunto que todas as crianças e pessoas tem que ter conhecimento, né, da forma certa de se alimentar! Pena que a gente não tem essa informação tão mais aprofundada, para que possa passar melhor pra os alunos”. (Professora 18)

“É, eu acho assim, que Educação Alimentar e Nutricional é um ponto fundamental, né, na educação que ainda não é abordado da maneira que necessita, tanto com os profissionais, porque pra trabalhar um assunto tão importante como esse a gente tem que ter um preparo, como também com os alunos, porque é um tema assim, não tão efetivo assim nas escolas, mas que é de fundamental importância para a formação”. (Professora 20)

A necessidade apontada pelas professoras é preocupante, tendo em vista que o professor é o integrante central da equipe de saúde escolar, porque é o profissional que está mais envolvido com a realidade de cada aluno (VARGAS; LOBATO, 2007). E para que haja aptidão em exercer influência sobre os alunos e estimular a prática de hábitos alimentares saudáveis, é de extrema importância que sejam capacitados para efetivar esta função (PICCOLI; JOHANN; CORRÊA, 2010).

Quando questionadas se identificavam diferença entre “Inserção da temática Alimentação e Nutrição como tema transversal” e “Inserção da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal” do currículo escolar e correlacionando com os referidos resultados citados acima, a maioria não identificou diferença. Portanto, as professoras da pesquisa demonstraram que entendem que as temáticas Alimentação e Nutrição, e Educação Alimentar e Nutricional tem definição semelhante.

Porém, quando se fala em temas de caráter transversal, estes podem ser compreendidos como questões que estão direcionadas para o entendimento e construção da realidade social,

dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva. Por isso, torna-se necessário realizar trabalhos de caráter transversal, com o objetivo de formar pessoas conscientes e aptas a enfrentar às várias mudanças que o indivíduo passa em uma sociedade que vive em frequentes construções e desconstruções, sendo a escola coadjuvante nesse processo (MARINHO; SILVA; FERREIRA, 2015). Nesse caso, a EAN é uma importante estratégia frente a esses desafios, sendo preconizado pelas políticas públicas em nutrição, considerada como uma ferramenta primordial frente à formação de hábitos alimentares (BOOG, 2011). Segundo a PNAN, 2012, a EAN é entendida como uma estratégia que visa à promoção a saúde, por meios de estilo de vida e práticas alimentares saudáveis. Resultando em um campo de ação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), prevenção e controle de problemas alimentares e nutricionais contemporâneos, como as doenças crônicas não transmissíveis (BRASIL, 2012).

Segundo o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, um documento que orienta a realização de ações educativas transformadoras EAN é definida como:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012, p. 23).

A EAN relaciona-se com a modificação e melhoria do hábito alimentar estendidas a médio e longo prazos, associando com as representações sobre o alimento, conhecimentos, atitudes e valores. Nesta perspectiva, todas as professoras enfatizaram que julgavam relevante trabalhar a temática Alimentação e Nutrição em sala de aula tendo em vista que há uma valorização dos pais com relação à praticidade, que em geral eleva o consumo de produtos industrializados, aumentando a monotonia alimentar e dificultando a construção de um hábito alimentar saudável pelos escolares e citaram também o aumento na incidência de doenças oriundas do consumo excessivo de alimentos açucarados, ricos em sódio e gordura, como observado na fala:

“Sim. Porque a gente vê assim, muitos alunos, muitas crianças em casa eles não tem esse hábito até mesmo de conversar sobre isso, né, as mães pelo fato da correria do dia a dia ser tanta, acha mais fácil fazer o que? Não, compra ali um refrigerante coloca na mochila e pronto, tá bom demais! Mas não tem aquele cuidado de dizer: - Vamos preparar um suco hoje, de frutas!”. (Professora 8)

O amplo aumento no consumo de produtos industrializados tanto em âmbito escolar quanto em âmbito familiar, por escolares em faixa de sobrepeso ou não é verificado pelo estudo realizado por Aires et al. (2011), sendo um alerta para a faixa etária dos que consomem esses produtos tendo em vista o aumento de peso, sobrepeso e obesidade. Esse alerta também foi identificado no estudo de Lira (2018), que averiguou a partir as percepções que os professores possuem com relação aos tipos de produtos consumidos pelos escolares. Em conformidade com o discutido, o presente estudo identificou preocupações semelhantes pelas professoras participantes da pesquisa, sendo nítido que há necessidade de utilizar a escola como espaço para intervenção nutricional, objetivando à formação e ampliação das experiências infantis no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis (AIRES, 2011).

Ademais, Piccoli, Johann e Corrêa (2010) afirmam que o ensino das temáticas alimentação e nutrição na perspectiva da EAN deve envolver toda a comunidade escolar, remetendo ao desenvolvimento de um trabalho na coletividade, não aplicando-se como uma ação restrita à sala de aula. Em um estudo realizado por Fachine et al. (2010), acerca da percepção dos professores e pais na alimentação do público infantil, identificou-se que os pais entendiam que alimentos não saudáveis, como os industrializados levam a malefícios para a saúde. Mas, ainda ofertavam esses alimentos aos filhos, o que reflete que é importante a realização de ações educativas mais eficazes com os pais.

As respostas referentes à abordagem dos temas Alimentação e Nutrição em sala de aula demonstraram que diversos recursos são utilizados, inclusive o conhecimento prévio do aluno é importante para que as professoras possam iniciar um diálogo acerca das temáticas. Então dinâmicas, roda de conversa, recursos audiovisuais, literaturas e a utilização de cartazes foram citados ao longo do questionário como meios que eram utilizados para abordar de forma lúdica e interativa os temas supracitados. É interessante perceber que as participantes demonstraram prazer em relatar como abordavam os temas com seus alunos, como pode ser visto na fala abaixo:

“Sim, a gente primeiro envolve através de uma dinâmica, depois a gente passa pra uma música, depois a gente leva a própria fruta, né, pra ter aquela base, e aí como eu disse a você, a gente envolve muitas coisas, cartaz, música, dinâmica, entendeu?! E depois a atividade extra, pense num trabalho bom, eu amei!... É muito bom trabalhar esse tema!”.
(Professora 15)

O que corrobora com os achados de Lira (2018), pois os professores relacionaram a importância de utilizarem metodologias mais dinâmicas e didáticas para que os alunos obtivessem uma melhor compreensão, possibilitando a tomada de decisões frente ao conhecimento adquirido. De acordo com Piccoli e Corrêa (2010), as crianças são estimuladas e atraídas para as coisas que lhes encantam, sendo assim, a experiência descrita em seu estudo evidencia um forte envolvimento das crianças, provocando concentração no que acontecia. Assim, os jogos são utilizados como uma ferramenta pedagógica que permite a construção do conhecimento, favorecendo a aprendizagem de crianças (LEITE et al., 2011).

Desse modo, entre as estratégias citadas para melhorar a abordagem desses temas, as professoras destacaram a importância de uma parceria entre a escola e a família dos alunos, para garantir que a alimentação saudável perpassasse o ambiente familiar, auxiliando no processo de construção do hábito alimentar saudável, o trabalho contínuo em sala de aula foi visto como essencial por algumas professoras. Ademais, sugeriu-se a disponibilidade de um local adequado para execução de oficinas, e reforçam a carência de materiais adequados e realização de palestras e formações voltadas para os temas Alimentação e Nutrição como se pode observar na seguinte fala:

“... uma formação que eu digo é fornecer alguma metodologia de abordagem, porque às vezes você tem a boa vontade de trabalhar, mas às vezes não sabe! Aí você tendo uma orientação, às vezes dá aquela luz, olha porque eu não pensei nisso antes? Dá pra fazer na escola! Às vezes eu penso até... a gente tava trabalhando a pirâmide aí no final a gente pensou em fazer uma salada de fruta e tal, tal! Só que não deu, eu tive que levar pronta, porquê? O ambiente não tem espaço, entendeu? Aí se tivesse assim, um ambiente que proporcionasse mais experiências alimentares.”

(Professora 20)

Logo, quando o docente se sente apoiado e valorizado, o seu desempenho em sala de aula melhora, o professor não pode se sentir desamparado dentro do âmbito escolar, é importante que este tenha condições físicas e mentais, além de uma estrutura que dê suporte, tanto de material, como de estrutura física. Por isso, é importante que o professor se sinta motivado em desenvolver seu papel da melhor forma (LIRA 2018; SILVA, 2010). Assim, Rocha e Facina (2017), afirmam que os depoimentos mais observados em seus estudos foram aqueles relacionados com a falta de: conhecimentos específicos sobre alimentação saudável, espaço físico apropriado para a prática de atividade física e parceria com a família, especialmente em relação à alimentação dos escolares.

Com relação à realidade dos hábitos alimentares e de rotinas alimentares de seus estudantes, nenhuma das professoras afirmou ser adequada. Conforme as respostas observadas, percebeu-se que havia um consumo elevado de balas, pirulitos, bolachas recheadas, pipocas, refrigerantes, coxinha, pastel entre outros. A maioria das professoras reforçou que os alunos levavam lanches de casa e acabavam não consumindo a alimentação escolar ofertada, como pode ser visto pela fala:

“Bom, o que eu percebo é que está faltando consciência ainda, né, com esse trabalho todo, mas assim, você vê que... na minha escola mesmo, a alimentação todos os dias é feita na hora... Mas assim a criança ainda vem pra sala de aula com um todinho, um refrigerante, pipoca, pippos e muitas vezes ele deixa de se alimentar na escola, que é “rica” e fica comendo besteira. Então eu acho que assim, vai do incentivo!”.
(Professora 15)

Os professores aparentemente se preocupavam com a alimentação de seus estudantes. É notável que o conhecimento leva à capacidade de escolhas. Dessa forma, segundo Schmitz (2011), em um primeiro instante o conhecimento sobre os alimentos é influenciado pelos pais e posteriormente adapta-se com o ambiente ao qual a criança está inserida. O fator familiar é citado pela maioria dos professores do presente estudo, como um fator que influencia na utilização de lanches industrializados pelos alunos da escola.

Segundo Teófilo (2018), uma expressiva parte da população mundial vem sendo incentivada a consumir diversos produtos com o objetivo principal a obtenção de lucro, isso é

resultado do poder econômico das empresas multinacionais, que apenas estimulam o consumo de produtos sem levar em consideração o fundamento da saúde pública.

O estudo de Lira (2018), apresentou que os professores observaram que após a inserção da EAN de forma contínua e permanente no espaço escolar o perfil do lanche levado pelos escolares tem passado por transformações e que essas mudanças estão ocorrendo devido aos trabalhos desenvolvidos acerca da alimentação no ambiente escolar.

Porém, a relação entre a alimentação escolar e a formação de hábitos alimentares não é um tema usualmente discutido entre os diferentes atores envolvidos na inserção destes temas (MANCUSO et al., 2013). Segundo o Guia Alimentar para População Brasileira de 2014, o consumo de alimentos “*in natura*” ou minimamente processados, deve ser o consumo preferencial na alimentação, evitando produtos alimentícios ultraprocessados.

A respeito do contato com alguma situação envolvendo nutrição ou alimentação, como um problema pessoal ou algum acontecimento em sala de aula ou no ambiente escolar que chamou atenção, as professoras referiram-se lidar com situações de *bullying* entre os estudantes, em sua maioria devido o excesso de peso de algumas crianças. Além disso, comentaram sobre situações pessoais e que não se recordavam de nenhuma situação específica. Assim como poucas professoras relataram que alguns alunos só têm acesso à alimentação escolar e mostram-se ansiosos pela aproximação do horário da merenda escolar, uma vez que, em muitos casos, é o único momento em que eles se alimentam, geralmente são alunos com situações socioeconômicas menos favorecidas:

“...E já tem outra criança que digamos que, só come na creche! Em casa não tem alimentação, e ela é bem desnutrida, eu vejo que ela é desnutrida, ele tem sempre dor de barriga, sempre ta doente... mas é a realidade!” (Professora 5)

A SAN pode ser compreendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis. Esta foi inserida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) a Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

No que diz respeito ao perfil nutricional, esta passa por dois problemas de saúde pública: obesidade e desnutrição. Conforme os indicadores de segurança alimentar de 2009, publicado

pela CONSEA, observou-se nos anos de 2004-2009 a média dos domicílios com insegurança alimentar grave que era de 6,9% passou para 3,2% em 2013. A Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar PNAD/IBGE sobre Segurança Alimentar, entre 2004-2009 averiguou que as regiões que apresentam maior insegurança nutricional nos domicílios, são as regiões Norte e Nordeste onde os valores ultrapassam 9,2%, enquadrando se como Grave (IBGE, 2010).

Com relação as situações de *bullying* mencionadas, é importante que ele não seja tratado como uma “brincadeira de criança”, mas quando o professor percebe que esse tipo de agressão está acontecendo, este tem que intervir nesta ação. Por menor que seja a ação do *bullying* e, muitas vezes, seja confundida com uma brincadeira, é necessário que em todos os casos tenham intervenções adequadas e imediatas, e muita cautela, porque o bullying pode deixar marcas dolorosas. Além disso, o aluno que é vítima de *bullying* tende a desmotivar em todas suas atividades diárias, inclusive esse comportamento interfere principalmente no ambiente onde ocorre, ou seja, quando o *bullying* acontece dentro da escola o aluno fica com receio de retornar ao ambiente escolar (REIS et al., 2016).

De acordo com Silva (2010), para resolver este problema, as escolas precisam reconhecer a existência do *bullying*, e ter a consciência de que esta forma de violência pode manifestar prejuízos para o desenvolvimento socioeducacional e para a estruturação da personalidade dos seus estudantes. É necessário também que haja a capacitação dos profissionais para que possam averiguar e saber quais intervenções fazer e para onde encaminhar os casos ocorridos em suas dependências.

Os resultados obtidos no presente estudo constataram que de acordo com a percepção das professoras, a maneira mais adequada para ensinar as temáticas relacionadas à Alimentação e Nutrição seria abordar o tema de acordo com a realidade do estudante, por meio da promoção de palestras com profissionais habilitados e através de atividades práticas e projetos pedagógicos. Porém, algumas participantes expuseram que os professores já fazem o possível para abordar tais temas de acordo com a realidade da comunidade onde localiza-se a escola, de modo que não provoquem constrangimentos por parte do aluno com condições socioeconômicas inferiores e que não terá acesso à alimentação em casa, como relatado na seguinte fala:

“Eu acho assim, pra realidade que nós temos a gente já faz o necessário, porque a gente não adianta ir além, se a gente passa uma coisa e em casa é totalmente diferente! Tem

situações que a gente não vai buscar hum... vai bater de frente, entendeu? ”. (Professora 16)

É de fundamental importância que a contextualização dos conhecimentos científicos aconteçam de acordo com a realidade social dos estudantes, é extremamente importante para gerar impulsionamento ao aprendizado, logo estes sentem-se estimulados a descobrir o significado de situações que vivem no seu cotidiano (FAGUNDES; PINHEIRO, 2013).

Pensar numa escola que consiga dialogar com diversos temas num cenário social contemporâneo com diversas realidades sociais, culturais e econômicas torna-se um desafio necessário que precisa ser enfrentado, objetivando o desenvolvendo de novas ações e metodologias de forma a enfrentar os mais diversos desafios e problemas do nosso cotidiano, estimulando o desenvolvimento de um ser social autônomo capaz de refletir sobre sua realidade (BARBOSA, 2013).

As mudanças no perfil alimentar da população ocorrem de forma constante, é perceptível as implicações na qualidade de vida oriundas dos hábitos alimentares desequilibrados. É notável o aumento do nível de obesidade e DCNT, por isso, justifica-se a necessidade de entender que a alimentação está diretamente ligada com qualidade de vida das pessoas.

Segundo Nascimento et al. (2012), é importante ressaltar que o Brasil se encontra entre os países com os maiores índices de carência nutricional, possuindo uma incidência progressiva de obesidade devido ao aumento no consumo de produtos de alto índice calórico e de baixo valor nutricional. Nessa perspectiva, pode-se analisar a importância da introdução de novos alimentos — a partir do núcleo familiar — na contribuição para as mudanças do consumo alimentar. A família tem um papel determinante na formação dos hábitos alimentares saudáveis na infância, visto que a modificação de um hábito alimentar durante a fase adulta apresenta, de forma geral, alta taxa de insucesso (MANCUSO et al., 2013).

Desse modo, fatores como escola, rede social, condições socioeconômicas e culturais são vistos como parceiros da família, de forma a contribuir na construção dos hábitos alimentares saudáveis das crianças (ROSSI; MOREIRA; RAUEN, 2008).

No momento em que foram questionadas sobre o que gostariam de aprender acerca dos temas Alimentação e nutrição, ressaltaram diferentes tópicos com certa repetição, como: “Benefícios dos alimentos”, “Nutrientes específicos”, “Informações nutricionais dos alimentos”, “Prevenção de DCNT”, “Como repassar para os alunos algumas informações” e “Como é uma alimentação saudável”. As professoras manifestaram quase em sua

totalidade, que gostariam de participar de uma formação, sendo que de esta deveria acontecer de maneira interativa e dinâmica, como observa-se na fala a seguir:

“De forma dinâmica, né, uma formação de forma dinâmica porque acho que através da dinâmica a gente aprende mais”.

(Professora 11)

Dessa forma, a necessidade da implantação de cursos de educação continuada, como forma de ampliar o conhecimento dos professores para que esses possam trabalhar, de forma mais segura, temas voltados à promoção da saúde dos escolares é de extrema importância (ROCHA; FASCINA, 2015). No estudo realizado por Bezerra et al. (2015), acerca do conhecimento e da abordagem em alimentação saudável de professores de escolas públicas, os profissionais estudados relataram necessitar de preparo para debater a alimentação saudável, sendo que a maioria afirmou não ter recebido capacitação específica e revelou ter conhecimento moderado dos questionamentos investigados, o que corrobora com nossos achados os quais as professoras afirmam não ter participado de nenhuma formação sobre o tema. Porém, é importante ressaltar que a formação de professores é peça fundamental nessa estratégia, pois é fundamental que os conteúdos programados deem mais visibilidade aos conteúdos específicos sobre saúde (LIRA, 2018).

Algumas professoras citaram que gostariam de aprender na prática a aplicabilidade dos recursos teóricos que fossem trabalhados na formação:

“... um momento de exposição dos conhecimentos, todas aquelas propostas e outro como agente poderia aplicar, uma forma prática desse conhecimento”. (Professora 10)

Portanto, promover a formação de professores com o intuito de instruí-los para trabalhar a temática, conferindo um aprendizado com metodologias atuais e de forma dinâmica, estreitar o conhecimento popular com o conhecimento técnico-científico de forma a garantir a compreensão do aluno de acordo com sua visão e experiência prévia, é fundamental para assegurar uma consequente melhora da qualidade de vida (SILVA; GARCIA, 2018).

Além disso, que pudessem desenvolver novas metodologias menos convencionais, a partir de uma didática aplicável a sua realidade:

“...uma sequência didática de trabalhar a prática, porque quanto mais eles derem as práticas pra gente, a gente vai ensinar para as crianças de uma forma diferente, cotextualizada e sem ser tão tradicional. Mais dinâmico!”.
(Professora 9)

O professor é importante para o sucesso das ações de EAN, uma vez que é habilitado para contextualizar os conteúdos no cotidiano do estudante. Logo, é enfatizado no estudo de Bezerra (2011), que a implementação da EAN ainda requer esforços de capacitação de professores, com o objetivo de habilitá-los para trabalhar com alternativas metodológicas mais dinâmicas e atualizar os conhecimentos específicos, particularmente na rede pública de ensino.

Como mencionado anteriormente, foi questionado sobre o conhecimento das professoras sobre o PNAE, todas as professoras relataram conhecê-lo, então quando questionadas posteriormente sobre o que este representa em relação à formação de hábitos alimentares dos estudantes, notou-se uma dificuldade em responder a pergunta, e apenas uma professora citou de forma objetiva que o programa influencia no hábito dos estudantes, como observado na fala abaixo:

“Eu acho assim, é uma oportunidade deles ter um hábito melhor, pra ter em casa, vê como é a alimentação na escola e ter esse hábito em casa também!”. (Professora 19)

De acordo com o estudo realizado por Retondario e Nadal (2015), os professores quando questionados a respeito de seu conhecimento quanto ao PNAE, obteve-se que 45% deles disseram já ter ouvido falar a respeito, enquanto que 33% relataram não conhecer este programa, além disso, sem exceção, todos os professores acreditam que a alimentação escolar é uma importante aliada na melhora dos hábitos alimentares dos alunos. Desse modo, leva à reflexão sobre a necessidade de disseminar informações e conhecimentos entre os professores sobre o PNAE e sua importância enquanto política pública que dentre outros objetivos, propõe-se alimentar e nutrir crianças e adolescentes durante o período em que estão na escola. Além disso, para efetivar uma parceria entre todos os atores envolvidos no programa. Portanto, o coordenador pedagógico, também é importante dentro da escola com respeito a EAN, está já que o mesmo possui responsabilidades quanto à formação continuada dos professores, e assim o tema da alimentação saudável deve ser mediada a partir dele no projeto

político pedagógico da escola, para que possa assim ser passada as demais áreas de estudo, o que possibilita as experiências diárias das atividades escolares, e assim promover a alimentação saudável no ambiente escolar como um todo (BRASIL, 2006).

Desse modo, a maioria das professoras o vê como um “*Programa importante*”, que é um “*Auxílio para os alunos com condições socioeconômicas inferiores*” e permite que os alunos tenham acesso a alimentação durante sua permanência na escola, como mencionado na fala a seguir:

“Acho que ele representa um pontapé inicial que é a partir dele que na escola a criança vai ter esse acesso a alimentação, que muitas vezes não tem em casa. Então a partir desse programa é a oportunidade deles terem acesso a esses alimentos e ter uma educação alimentar saudável”.
(Professora 10).

Em contrapartida algumas enfatizaram sua importância para o processo educacional, como podemos observar na seguinte fala:

“Eu acho que nada funciona se você não tiver de “barriga cheia”, a fome é a pior coisa para o processo educacional, uma criança com fome não aprende!”. (Professora 2)

Nesse contexto, segundo Mancuso et al. (2013), professores mencionam o papel de merenda escolar na aprendizagem, como contribuição para proporcionar interação social entre os alunos da escola e as cozinheiras. Os professores podem estimular o desenvolvimento de bons hábitos alimentares e ensinar como sentar-se à mesa e comer adequadamente. Esses momentos são fundamentais para o desenvolvimento afetivo e emocional das crianças.

Atualmente o programa enfatiza o respeito aos hábitos alimentares e culturas alimentares dos estudantes da localidade. Assim, uma experiência pessoal foi mencionada por uma das professoras, que destacou a importância da descentralização dos recursos destinados à compra dos alimentos, que permitiu o acesso a alimentos da região como pode-se observar na fala abaixo:

“É muito importante esse Programa Nacional de Alimentação Escolar...Quando eu era pequena eu me lembro que vinha umas merendas pra o município. Uma merenda

assim, que a gente não gostava, porque a gente não era habituado a comer alguns tipos de alimentos, e agora não, é comprado na região”. (Professora 6)

É possível consolidar, que a alimentação escolar passou por mudanças e atualmente, os alimentos distribuídos para as escolas são *in natura* e com grande diversidade, como ocorre em nível nacional, visto que o FNDE determinou, em 2006, que 70% dos recursos do PNAE devem ser utilizados na aquisição de produtos básicos (BRASIL, 2006). Na modalidade de descentralização de autonomização, prevista pelo FNDE, na qual a escola é a unidade executora do Programa de Alimentação Escolar, a responsabilidade pelo recebimento e utilização de recursos financeiros é dos gestores locais.

Quando questionadas sobre sua opinião acerca da Lei 13.666, 16-05-2018 que altera a Lei de Diretrizes e Bases, acrescentando a Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal dos conteúdos escolares, as professoras afirmaram em sua maioria que não conheciam a lei aprovada em maio de 2018, mas demonstraram por meio das respostas que consideravam importante que este tema fosse abordado de forma transversal, como evidenciado na fala seguinte:

“Porque é sempre bom ter novos conteúdos inseridos, e isso faz com que a criança venha a crescer mais saudável, com hábitos mais nutritivos”. (Professora 4)

Além disso, poucas profissionais viram a possibilidade de melhorar as condições de saúde dos alunos através dessa abordagem em sala de aula e enfatizaram a questão da transição nutricional como visto abaixo:

“Tudo que vier pra condição de melhorar nossa saúde é importante que a gente trabalhe mesmo, na escola. Porque hoje em dia principalmente, né? Que a gente sabe que tem muitos casos de obesidade. Antes era a desnutrição e hoje é a obesidade, então hoje as pessoas estão comendo muito mal!”. (Professora 6)

Assim, é observado o aumento do consumo de produtos industrializados pela população, apesar das informações acerca dessa temática estar bem difundidas. Observa-se que a população não tem realizado a redução desses gêneros alimentícios, que crescem a cada ano

(SOUZA, 2013). Agregado a isso, a alimentação escolar pode ser importante para a promoção da saúde em com relação à prevalência cada vez maior da obesidade infantil (ROSANELI, 2012). Estudos são realizados para identificar as maneiras mais eficazes para a prevenção e controle da obesidade, verificando-se que as que incluíam atividades regulares na escola, introdução da educação nutricional no currículo de forma contínua e a através da oferta de frutas e hortaliças pela alimentação escolar (SILVEIRA;GUERRA; NOBRE, 2012). Dessa forma, a promoção da saúde é considerada uma estratégia importante da EAN, que pode ser considerada um componente decisivo no processo de prevenção, promoção e tratamento de doenças (YOKOTA et al., 2010).

Na opinião de uma professora a lei é um “*Incentivo*” para que a EAN esteja presente efetivamente no currículo escolar, e outra enfatiza que o “*Cumprimento*” do que é preconizado na lei é importante, como verifica-se nas falas:

“Eu acredito que agora é mais um incentivo pra trabalhar esse tema em sala de aula e não só de uma maneira resumida a gente pode ta inserindo ela em nosso currículo em várias disciplinas, e trabalhando desde a educação infantil até as séries mais altas”. (Professora 10)

“Acho assim, que é uma lei que deve ser cumprida por todos, que seja uma “coisa” do nosso currículo durante o ano inteiro, que isso seja trabalhado sempre, né?.” (Professora 8)

Desse modo, as participantes demonstram-se satisfeitas com lei, onde a atuação dos professores como fonte de informação e elemento de comunicação se torna ainda mais imprescindível no ambiente escolar. Por isso, para que atuem de modo eficiente na promoção da saúde, é fundamental que esses profissionais possuam informações atualizadas sobre saúde, e que apliquem o conteúdo de maneira transversal e interdisciplinar em suas práticas pedagógicas (HALLAL, 2010; GAGLIANONE et al., 2006).

6 CONCLUSÃO

Conclui-se mediante o presente estudo, que de acordo com a análise referente à percepção das professoras com relação à utilização da Alimentação e Nutrição no currículo escolar do município de Arara- Paraíba, estas necessitam de materiais didáticos específicos que favoreçam a ampliação dos conhecimentos acerca da temática. Pois, apesar de incluírem esses temas em seu planejamento de ensino e referirem sentir-se aptas para ministrar os conteúdos, demonstraram dificuldades alusivas à construção de conceitos. Instruindo que a EAN precisa ser mais discutida por parte de todos os atores envolvidos no processo educacional. Além disso, mencionaram a necessidade de espaços específicos que viabilizem a inserção da EAN por meio de oficinas culinárias.

Conforme a lei 13.666 de 16 de maio de 2018, que altera a LDB acrescentando a EAN como tema transversal dos conteúdos escolares, a maioria se referiu não conhecer, todavia relataram que consideram importante que este seja trabalhado de forma transversal e à longo prazo, e não de forma superficial, para que ocorram mudanças efetivas nos hábitos alimentares das crianças. Porém, é necessário que haja uma maior parceria entre pais e/ou responsáveis e a equipe escolar, para que o núcleo familiar se apodere de informações importantes para melhorar a qualidade nutricional dos alimentos consumidos em casa.

Ademais, é necessário que haja uma relação direta entre o PNAE e as atividades desenvolvidas, já que as professoras o consideraram em sua maioria “um programa importante” que é voltado para “auxiliar alunos com condições socioeconômicas inferiores”, firmando-se que é importante que as professoras sejam incluídas como participantes ativas do programa. Sendo o profissional nutricionista de fundamental importância para possibilitar esta aproximação entre as esferas envolvidas no processo educacional, incluindo professores, diretores, merendeiras, pais e a comunidade de modo geral. Portando, salientando-se o desejo das professoras em participar de formações voltadas aos temas, conclui-se que é de extrema importância o desenvolvimento de formações que abordem metodologias pedagógicas aplicáveis à realidade dos alunos, capazes de relacionar as diversas esferas multiprofissionais, intersetoriais e transversais da EAN no espaço escolar. Sugerindo-se também a realização de pesquisas voltadas a este público-alvo, para que subsídios sejam elaborados e correspondam as deficiências relatadas pelos professores.

REFERÊNCIAS

- AIRES, A. P. P.; SOUZA, C. C. L. D.; BENEDETTI, F. J.; BLASI, T. C.; KIRSTEN, V. R. Consumo de alimentos industrializados em pré-escolares. **Revista da AMRIGS**, v. 55, n. 4, p. 350-355, 2011.
- ANZOLIN, C.; OURIQUES, C. M.; HOFELMANN, D. A.; MEZADRI, T. Intervenções nutricionais em escolares. **Revista Brasileira de Promoção a Saúde**, v. 23, n. 4, p. 297-306, 2010.
- BARBOSA, L. M. R. 2013. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?**.2013. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, São Paulo, 2013.
- BARDIN, L.(2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19, supl. 1, p.181-191, 2003.
- BEZERRA, K. F.; CAPUCHINHO, L. C. F. M.; PINHO, L. Conhecimento e abordagem sobre alimentação saudável por professores do Ensino Fundamental. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 1, p. 119-131, 2015.
- BOOG, M. C. F. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. *In*: DIEZ-GARCIA R. W; CERVATO-MANCUSO A. M. **Nutrição e Metabolismo: Mudanças Alimentares e Educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 67-73.
- BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 2008.
- _____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. . **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2013a.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>. Acesso em: 24 nov. 2018a.
- _____. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: Dimensões do Processo Reprodutivo e da Saúde da Criança. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009.
- _____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 maio 2006.

_____. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde: Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2013c.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Medida provisória nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jan. 2009a.

_____. Senado Federal. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018b. 58 p.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília: Grupo Nacional de Direitos Humanos. 2014a. 87 p.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Educação **Alimentar e Nutricional: Articulação de Saberes**. Fortaleza: Edições UFC, 2018c. 120 p.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Presença feminina na educação básica: nota-se um declínio conforme avançam as etapas de ensino. Censo do Professor, 2007. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2011/12/05/a-feminizacao-do-magisterio/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF, MDS, 2012a. 68 p.

_____. Ministério da Saúde. Resolução CNS nº 466/2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 2012b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014b. 156 p.

_____. Ministério da Saúde. **Com obesidade em alta, pesquisa mostra brasileiros iniciando vida mais saudável**. 2018d. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43604-apesar-de-obesidade-em-alta-pesquisa-mostra-brasileiros-mais-saudaveis>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b. 84 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadernos de Atenção Básica: Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b. 96 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde – VIGITEL. **Vigitel Brasil 2017 - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2018e. 130 p.

_____. Lei Nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de maio, 2018.

CHAVES L. G.; MENDES, P. N. R.; BRITO, R. R.; BOTELHO, R. B. A. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Revista de Nutrição**. v.22, n. 6, p. 857-866. 2009.

DEMARTINI, Z. B. F.; ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 86, p. 5-14, 1993.

FAGUNDES, E. M.; PINHEIRO, N. A. M. O ensino de ciências e a alimentação escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 4., 2013, Águas de Lindóia. **Atas [...]**. Águas de Lindóia, SP, 2013. .

FARIAS, R. C. Caderno temático matemática na alimentação saudável. 2016. UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016, 21 p.

FECHINE, A. D. L.; MACHADO, M. M. T.; LINDSAY, A. C.; CARDOSO, M. A.; BEZERRA, J. A. B.; ARRUDA, C. A. M. Sobrepeso e obesidade infantil: conhecimentos e percepções dos professores de creches públicas. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, p. 158-176, 2017.

FONTES, P.G.; RAZUCK, R.C.S.R.; RAZUCK, F.B. A influência do professor nos hábitos alimentares. In: Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Campinas; 2011.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: **Editora Olho d'água**, 1997, 84p.

FUHR, D. **Tema alimentação nos parâmetros curriculares nacionais e em livros didáticos**. 2015. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HARGREAVES, L. M. Arte, comida e produção: A obra alimentar invade a sala de aula. • 16º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia, p 127-136, 2017.

HALLAL, P. C. Promoção da atividade física no Brasil: chegou a hora da escola. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**. v.15, n.2, p.76-77, 2010.

GAGLIANONE, C.P.; TADDEI, J.A.A.C; COLUGNATI, F.A.B.; MAGALHÃES, C.G.; DAVANÇO, G.; MACEDO, L. Nutrition education in public elementary schools of São Paulo, Brazil: the reducing risks of illness and death in adulthood project. **Revista de Nutrição**. v. 19, n.3 p.309-320, 2006.

GLAZIER, J. D.; POWELL, R. R. **Qualitative research in information management**. Englewood: Libraries Unlimited, 2011.

GREENWOOD, S. A.; FONSECA, A. B. Espaços e caminhos da educação alimentar e nutricional no livro didático. **Ciência e educação**. v. 22, n. 1, p.201-218, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009**: aquisição alimentar domiciliar per capita – Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 282 p.

JUZWIAK, C. R.; CASTRO, P. M.; BATISTA, S. H. S. S. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciência e saúde coletiva**, v.18, n. 4, p.1009-1018, 2013.

LEITE, M. L. F. T. T.; SCHÄFER, P. B.; SZABLUK, D.; BASTOS, H. P. P.; HORA MACEDO, S.; AMORIM, M. J. V.; ALBUQUERQUE, R. C.; AGUIAR, E. V. B.; FAGUNDES, L. C. Jogos digitais: uma abordagem educacional à luz da Epistemologia Genética. **Cadernos de Aplicação**, v. 24, n. 1, p. 125-56, 2011.

LIRA, D. N. **E aí professor? Alimentação é assunto para a escola?**. 2018. 91f. Monografia (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

LOBO, M.; MARTINS. Representações sobre alimentação e ciência em um texto de divulgação científica: implicações para a educação em ciências. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 6, n. 3, p.3-26, 2013.

LUCINI, M. L. **A formação docente continuada e o município de Severiano de Almeida – RS**. 2016. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2016.

MANCUSO, A. M.; WESTPHAL, M. F.; ARAKI, E. L.; BÓGUS, C. M. School feeding programs' role in forming eating habits. **Revista Paulista Pediatria**. v. 31, n. 3, p. 324-330, 2013.

MARINHO, J. C. B.; SILVA, J. A.; FERREIRA, M. A educação em saúde como proposta transversal: analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais e algumas concepções docentes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 22, n. 2, p. 429-444, 2015.

MIRANDA, E. **Metodologias de alfabetização**. 2008. 54 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MOTTA-FARO, R.; LOPES, C. M.; SOUZA, T. M.; LIMA, J. G. S.; MACIEL, C. M. A abordagem do tema alimentação como prática socioambiental: relato de atividades desenvolvidas no CAp UFRJ. **Revista da SBEnBIO**, v. 9, p. 2256-2266, 2016.

MOTTA, M. B.; TEIXEIRA, F. M. Educação alimentar na escola por uma abordagem integradora nas aulas de ciências. **Revista Inter-Ação**, v. 37, n. 2, p. 359-379. 2012.

- NASCIMENTO, V. G. NASCIMENTO, V. G.; SILVA, J. P. C. D.; BERTOLI, C. J.; ABREU, L. C.; VALENTI, V. E.; LEONE, C.. Prevalence of overweight preschool children in public day care centers: a cross-sectional study. **Sao Paulo Medical Journal**, v. 130, n. 4, p. 225-229, 2012.
- PAIVA, J. B.; FREITAS, M. C. S.; SANTOS, L. A. S. Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2507-2516, 2016.
- PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills: Sage. 1980. 30p.
- PICCOLI, L.; JOHANN, R.; CORRÊA, E. N. A educação nutricional nas séries iniciais de escolas públicas estaduais de dois municípios do oeste de Santa Catarina. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, v. 35, n. 3, p. 1-15, 2010.
- PICCOLI, L.; CORRÊA, E. N. O ensino da educação nutricional em escolas municipais rurais de um município do oeste de Santa Catarina. 2013. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Liana-Piccoli.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013.
- REIS, A. P.; FRANCISCATTO L. A.; SILVA, P. A. M. L.; SIMÕES, V. A. P.; NOGUEIRA, M. D. C. O. As consequências do *bullying* nas escolas e o papel fundamental da comunidade escolar para intervir e solucionar esse problema. **Revista da Educação**, v. 16, n. 1, p. 101-109, 2016.
- RETONDARIO, A.; NADAL, J. Conhecimento de professores de uma escola estadual sobre o programa nacional de alimentação escolar e a formação de hábitos e práticas alimentares. **Revista Nutrir**, v.1, n. 2, 2015.
- ROCHA, A. S.; FACINA, V. B. Professores da rede municipal de ensino e o conhecimento sobre o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares. **Ciência & Educação**, v. 23, n. 3, p.691-706, 2017.
- ROSANELI, C. F.; AULER, F; MANFRINATO, C. B.; SGANZERLA, C.. BONATTO M. G. Evaluation of the prevalence and nutritional and social determinants of overweight in a population of schoolchildren: a cross-sectional analysis of 5,037 children. **Revista Associação Médica Brasileira**, v. 58, n. 4, p.472, 2012.
- ROSSI, A.; MOREIRA, E. A.; RAUEN, M. S. Determinants of eating behavior: a review focusing on the family. **Revista de Nutrição**, v. 21, n. 6, p. 739-748 , 2008.
- ROLDÃO, M. C. Formação de professores e desenvolvimento profissional. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 22, n. 2, p. 191-202, 2017.
- SANTOS, A. R. As políticas de valorização docente: Uma realidade dos professores do campo. **Revista Retratos da Escola**, v. 10, n. 18, p. 229-242, 2016.

SCARPARO, A. L.S.; MARQUES, T.B.I.; PINO, J.C.D. Construção e validação de conteúdo de questionário para identificação de crenças sobre o ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar. **Revista Caderno Pedagógico**. Lajeado, v.14, 2017.

SCHMIDT, M. I.; DUNCAN, B. B.; SILVA, G. A.; MENEZES, A. M.; MONTEIRO, C. A.; BARRETO, S. M. **Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais**. 2011. p. 61-74. Disponível em: <http://dms.ufpel.edu.br/ares/bitstream/handle/123456789/222/1%20%202011%20Doen%20E7as%20cr%20F4nicas%20n%20E3o%20transmiss%20EDveis%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SILVA, L. N.; BATISTA, G. G. O professor contrato temporário e a precarização do trabalho docente na rede estadual de educação de Goiás. *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG (CEPE), 4., 2018, Goiás. **Anais [...]**, Goiás: UEG, 2018.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2010. 189 p.

SILVA, D. F. S. **Formação de professores do ensino fundamental na cidade de Petrolina – PE: a abordagem do tema alimentação e nutrição no componente curricular de ciências**. 2018. 167 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, D. F. S.; GARCIA R. N. Investigações a respeito do conhecimento e abordagem sobre alimentação e nutrição por professores de ciências do Ensino fundamental II na cidade De Petrolina – PE. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 13, n. 2, p. 80-103, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, C. R. O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático**. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 2004. 34 p.

SILVA, W. A.; SILVA, W. A.; SANTO, G. N. A formação do professor e a educação alimentar nas séries iniciais. **Revista de Educação do Cogeime**. v. 24, n. 47, p. 91-109, 2015.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 158 p.

SILVEIRA, J. A. C.; GUERRA, P. H.; NOBRE, M. R.. The effect of participation in school-based nutrition education interventions on body mass index: A meta-analysis of randomized controlled community trials. **Preventive Medicine**, v. 56, n. 3-4, p. 237-243, 2013.

SOBRAL, N. A. T.; SANTOS, S. M. C. Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 3, p. 399-415, 2010.

SOUZA, A. M.; PEREIRA, R. A.; YOKOO, E. M.; LEVY, R. B.; SICHIERI, R. Alimentos mais consumidos no Brasil: Inquérito Nacional de Alimentação 2008-2009. **Revista Saúde Pública**. v. 47, Supl 1p. 190s-199s, 2013.

TEÓFILO, L. R. Geografia e alimentação na educação básica: considerações sobre escolhas alimentares em ambientes urbanos. **Anais do I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e do IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade**, v. 1, n. 1, p. 245-256, 2018.

VARGAS, S. V.; LOBATO, R. C. O desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis: uma estratégia de educação nutricional no ensino fundamental. **Vita et Sanitas**, v. 1, n. 1, p. 24-35, 2007.

VASCONCELOS F. A. G. Programa Nacional de Alimentação Escolar: limites e possibilidades para a garantia do direito humano à alimentação adequada, saudável e sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 906-907, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Obesity: prevent - ing and managing the global epidemic. Geneva: WHO, 2000. 265 p.

YOKOTA, R. T. C.; VASCONCELOS, T. F.; PINHEIRO, A. R. O.; SCHMITZ, B. A. S.; COITINHO, D. C.; RODRIGUES, M. L. C. F. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 1, p. 37-47, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para análise da percepção dos professores com relação à inserção da Alimentação e Nutrição como temas transversais do currículo escolar.

QUESTIONÁRIO

MÓDULO I

- 1- Nome: _____
- 2- Idade: _____
- 3- Gênero: () Masculino () Feminino () Transgênero
- 4- Escolaridade: () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo
() Ensino superior incompleto () Ensino superior completo
() Ensino de pós-graduação ou especialização _____
() Outro: _____
- 5- Caso possua ensino superior, qual curso? _____
- 6- Caso possua ensino superior, qual a Instituição que se formou? _____
- 7- Tempo de Magistério/profissão: _____ Carga Horária atual: _____
- 8- Instituição (ões) que leciona: _____
- 9- Qual sua situação funcional? () Efetivo(a) () Contrato
- 10- Você é professor (a) de qual (is) série(s)/ano(s)?
() Creche () 1ª ano () 4ª ano () 7ª ano
() Pré I () 2ª ano () 5ª ano () 8ª ano
() Pré II () 3ª ano () 6ª ano () 9ª ano
- 11- Qual seu turno de trabalho? () Manhã () Tarde () Noite
- 12- Qual (is) disciplina (s) leciona? _____
- 13- Em quantas turmas leciona? _____ Todas na mesma escola? () Sim () Não
- 14- As temáticas alimentação e nutrição estão presentes no seu planejamento de ensino?
() Sim () Não
- 15- Você visualiza os temas Alimentação e Nutrição em alguma série sendo abordado em algum livro didático? () Sim () Não
- 16- Se sim, qual (is)? _____
- 17- Qual (is) critério(s) você adota para elaborar o planejamento de ensino? (pode assinalar mais de uma opção)
() Proposta(s)/guia(s) curricular(es) fornecido(s) pelos órgão públicos

- Planejamento anterior
- Necessidade e interesse dos estudantes
- Experiência anterior
- Atualização dos programas/pesquisas atuais
- Reunião com os professores
- Outros _____

18- Você trabalha os assuntos Alimentação e Nutrição com seus estudantes em sala de aula?

- Sim Não

19- Se sim, em qual (is) disciplina(s) você trabalha Alimentação e Nutrição?

- Português Matemática Ciências Artes
 Estudos Sociais (História e Geografia) Educação física Outros _____

20- Você se informa sobre os temas Alimentação e Nutrição antes de ministrar a aula?

- Sim Não

21- Se sim, onde você costuma buscar as informações sobre Alimentação e Nutrição para trabalhar com os estudantes?

- Internet Revistas Jornais
 Cartilhas Folder Revistas Científicas
 Livros de Alimentação e nutrição Livro Didático
 Outros _____

22- Você utiliza algum recurso complementar em sala de aula para trabalhar Alimentação e Nutrição?

- Sim Não

23- Se sim, quais?

- Cartazes Filmes/fitas de vídeo Palavra Cruzada
 Desenhos na lousa Pirâmide dos alimentos Teatro
 Músicas Histórias Infantis Dinâmicas de grupo
 Outros _____

24- Você recebeu alguma capacitação para trabalhar os temas voltados para Alimentação e Nutrição? (

- Sim Não

25- Se sim, qual (is)? _____

26- Você se sente seguro, possui domínio, de trabalhar o tema Alimentação e Nutrição?

- Sim Não

27- Em sua opinião, o estudante sente a necessidade de saber sobre os temas Alimentação e Nutrição?

- Sim Não

28- Você acredita que o estudante se sente satisfeito com sua abordagem em relação a Alimentação e Nutrição? () Sim () Não

29- Você acredita que há envolvimento do estudante com esta temática?

() Sim () Não

30- Você gostaria de participar de uma formação voltada para os temas Alimentação e Nutrição?

() Sim () Não

31- Você considera que exerce influência no hábito alimentar dos escolares?

() Sim () Não

32- Você conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

() Sim () Não

MÓDULO II

33- Como você definiria Educação Alimentar e Nutricional?

34- Gostaria de saber se o (a) senhor (a) identifica diferença entre “Inserção da temática Alimentação e Nutrição como tema transversal” e “Inserção da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal” do currículo escolar?

() Sim () Não

35- Se sim, quais seriam as diferenças entre os dois? _____

36- As temáticas Alimentação e Nutrição estão presentes no seu planejamento de ensino?

() Sim () Não (pule para questão 41)

37- Você julga relevante trabalhar a temática Alimentação e Nutrição em sala de aula? Por quê?

38- Quais os fatores envolvidos na inserção destes temas durante as aulas? Cite.

39- Como é sua abordagem em sala de aula quando trabalha os temas Alimentação e Nutrição?

40- Que estratégias podem ser consideradas para melhorar a abordagem destes temas?

41- Enquanto docente, como você percebe, a realidade dos hábitos alimentares e de rotinas alimentares de seus estudantes, a partir da sua observação e convívio diário?

42- Você já teve contato com alguma questão envolvendo nutrição ou alimentação – um problema pessoal de excesso de peso, por exemplo ou algum acontecimento em sala de aula ou na instituição que chamou sua atenção?

43- Você leciona em instituições particulares? Em caso afirmativo, percebe diferença no tratamento da temática nutrição/alimentação em relação à escola pública?

44- Como você julga que seria adequado ensinar as temáticas relacionadas com Alimentação e Nutrição para atender a realidade vivenciada pelos estudantes?

45- O que você gostaria de aprender sobre o tema Alimentação e Nutrição?

46- Como você gostaria que fosse realizada esta formação?

47- Em sua opinião, o que representa o PNAE em relação a formação de hábitos alimentares dos estudantes ?

48- Em maio de 2018, foi aprovada a Lei 13.666 que altera a Lei de Diretrizes e Bases, acrescentando a Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal dos conteúdos escolares. Qual sua opinião a este respeito?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) professor (a), o (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMO TEMAS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO ESCOLAR: percepção de professores da rede pública de Arara – PB**”, referente ao trabalho de conclusão de curso da aluna de graduação Oziane Karolynne Santos de Souza, sob a orientação da professora Ms. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, vinculada ao Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande.

- 1- Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.
- 2- Este estudo tem por objetivo avaliar a percepção de professores da rede pública de ensino com relação à inserção da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal do currículo escolar bem como apreender os conhecimentos dos profissionais acerca do tema alimentação e nutrição no currículo escolar; Compreender o entendimento do professor acerca da Educação Alimentar e Nutricional; Identificar fatores que dificultam ou favorecem a apropriação do tema alimentação durante a formação profissional; Estabelecer alguma relação entre a abordagem da Educação Alimentar e Nutricional e a construção de hábitos alimentares; Analisar a percepção acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- 3- Desse modo, o presente estudo é justificado pela necessidade de avaliar a percepção de professores da rede pública de ensino do município de Arara - Paraíba, com relação à inserção da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal do currículo escolar, como exposto na Lei 13.666, de 16 de maio de 2018, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases, acrescentando a Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal, para permitir o desenvolvimento de capacitações e ações estratégicas que auxiliem o professor na elaboração do planejamento de ensino, aumento da autonomia no que se refere ao domínio de trabalhar os temas Alimentação e Nutrição, para que a construção do hábito alimentar saudável seja incorporado efetivamente no espaço escolar.
- 4- Caso aceite participar da pesquisa, você participará de uma entrevista baseada em um questionário estruturado, adaptado e validado com questões objetivas e subjetivas. Os questionários serão aplicados em local de sua preferência e apontado no dia do contato inicial. As questões subjetivas serão apreendidas por gravação de voz e posteriormente transcritas para o meio digital. Posteriormente será realizado um grupo focal, norteado por roteiro pré-definido, que será gravado com o auxílio de um gravador de áudio digital para uma melhor análise de conteúdo na fase da avaliação dos resultados.
- 5- A pesquisa não trará riscos ou prejuízos evidentes à saúde do senhor (a). Ressalta-se que o senhor(a) poderá se sentir desconfortável mediante algumas perguntas no

ato da entrevista, porém, o (a) senhor (a) poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo. Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes desta pesquisa científica. Será respeitada a dignidade, privacidade e autonomia, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer na pesquisa ou abandoná-la a qualquer momento. Para assegurar que possíveis desconfortos não aconteçam os pesquisadores receberão treinamentos e orientação sobre os procedimentos.

- 6- Os benefícios da pesquisa de acordo com os dados obtidos será a possibilidade de traçar metas para auxiliar os profissionais da educação do município a atuar de forma segura e autônoma no que se refere à inserção da Educação Alimentar e Nutricional no currículo escolar, além disso, estes possibilitarão uma reflexão acerca do processo de trabalho dos educadores o que beneficiará não apenas o seu desempenho enquanto educador, como também trará benefícios para os alunos da escola.
- 7- Destacamos que as informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. O sigilo sobre sua participação, será de acordo com as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário. Os resultados serão divulgados somente como achados científicos do conjunto de dados obtidos, sem correlação com a identificação pessoal de nenhuma das instituições ou docentes.
- 8- Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.
- 9- Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **VANILLE VALÉRIO BARBOSA PESSOA CARDOSO**, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço: Olho D'Água da Bica s/n - Cuité-PB

Telefone: (83) 3372-1900/9931-9774

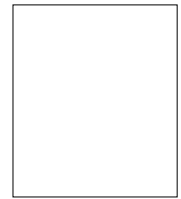
Email: vanillepessoa@gmail.com

Arara, Paraíba, ____ de _____ de 20__.

Assinatura: _____.

Pesquisador (a): _____.

Testemunha: _____.



Dados do CEP

**Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da
Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a
rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares,
Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.**

Email: cep@cfp.ufcg.edu.br

Tel: (83) 3532-2075

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu _____, declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Arara, Paraíba, ____/____/____.

—

Assinatura do voluntário

Oziane Karolynne Santos de Souza
Pesquisadora

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Autorização Institucional.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARARA-PB
(Rua Epitácio Pessoa, s/n – Centro, Arara – Paraíba – CEP: 58.396-000)

Eu, Heráclito Hallyson Souza de Medeiros
secretário municipal de Educação de Arara – PB declaro que estamos cientes da intenção da realização do projeto de pesquisa intitulado “PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARARA - PARAÍBA COM RELAÇÃO À INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO TEMA TRANSVERSAL DO CURRÍCULO ESCOLAR”, desenvolvido pela aluna Oziane Karolynne Santos de Souza e orientado pela professora . Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso do Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - campus Cuité, dando-lhe consentimento para realizar a pesquisa neste município. Declaro também, que não recebi qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

Arara, Paraíba, 17 de outubro de 2018.

Heráclito Hallyson Souza de Medeiros
HERÁCLITO HALLYSON SOUZA DE MEDEIROS
(Secretário Municipal de Educação de Arara-PB)

Heráclito Hallyson Souza de Medeiros
CPF: 040.353.904-88
Secretário de Educação e Cultura


ANEXO B - Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável.**TERMO DE COMPROMISSO DO(S) PESQUISADOR(ES)**

Por este termo de responsabilidade, nós abaixo-assinados, Orientador e Orientando(s) respectivamente, da pesquisa intitulada **"PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARARA - PARAÍBA COM RELAÇÃO À INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO TEMA TRANSVERSAL DO CURRÍCULO ESCOLAR"**, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares, homologada nos termos do Decreto de delegação de competências de 12 de novembro de 1991, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos, outrossim, nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes a presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por um período de 5 (cinco) anos após o término desta. Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP/ CFP/UFCG (Comitê de Ética em Pesquisas/ Centro de Formações de Professores) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, as Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda ao CEP/CFP/UFCG, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Cuité, 05 / 11 / 2012


Orientador(a)


Orientando

ANEXO C – Declaração de Divulgação de Resultados.**TERMO DE COMPROMISSO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

Por este termo de responsabilidade, nós PROFA. MSV. VANILLE VALÉRIO BARBOSA PESSOA CARDOSO e ALUNA OZIANE KAROLYNNE SANTOS DE SOUZA da pesquisa intitulada: "Percepção de professores da rede pública de ensino do município de Arara - Paraíba com relação à inserção da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal do currículo escolar" assumimos o compromisso de:

- Preservar a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão encaminhados para a publicação, com os devidos créditos aos autores.

Cuité - PB, 17 de setembro de 2018.



VANILLE VALÉRIO BARBOSA PESSOA CARDOSO

Orientadora



OZIANE KAROLYNNE SANTOS DE SOUZA

Orientanda